

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

A REPRESENTAÇÃO DA MORTE NO DISCURSO JORNALÍSTICO
Sobre o poder ideológico das classes dominantes

THIAGO BRIGADA FONSECA

Rio de Janeiro
Julho, 2005

A REPRESENTAÇÃO DA MORTE NO DISCURSO JORNALÍSTICO
Sobre o poder ideológico das classes dominantes

THIAGO BRIGADA FONSECA

Monografia apresentada à Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de bacharel em Jornalismo

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ AMARAL ARGOLO

Rio de Janeiro
Julho, 2005

Folha de Aprovação**A REPRESENTAÇÃO DA MORTE NO DISCURSO JORNALÍSTICO**
Sobre o poder ideológico das classes dominantes

THIAGO BRIGADA FONSECA

Monografia submetida à banca examinadora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau em bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADOR:

Prof. Dr. José Amaral Argolo

EXAMINADOR:

Prof. Dr. Aluizio R. Trinta

EXAMINADOR:

Prof. Dr. Fernando Fragozo

SUPLENTE:

Rio de Janeiro
Julho, 2005

FONSECA, Thiago Brigada. A Representação da Morte no Discurso Jornalístico. Sobre o poder ideológico das classes dominantes. Orientador: Prof. Dr. José Amaral Argolo. Rio de Janeiro, julho de 2005. 70 páginas. Projeto Experimental de Jornalismo. Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo

Este trabalho visa o estudo da morte no discurso jornalístico junto com uma análise entre a comunicação e o poder. Procurou-se fazer um aprofundamento da representação da morte através do uso da sociologia. Para tanto, realizou-se uma história da morte e como seu conceito pode ser variado. Aprofundou-se ainda na discussão sobre a comunicação e o poder através de como a morte é vista na sociedade por meio do discurso jornalístico. A metodologia do trabalho está calcada na pesquisa bibliográfica de livros que tratam sobre a tanatologia, o discurso jornalístico e o poder. O trabalho mostra uma associação direta entre a forma que a morte é representada no discurso jornalístico e a dominação econômica e ideológica das classes dominantes da sociedade moderna ocidental.

Palavras-chaves: representação – morte – discurso jornalístico – poder ideológico

Dedicatória

Ao meu falecido avô *Sacadura*,
torcedor do América Futebol Clube,
que me trouxe a alegria em viver
as coisas simples da vida, ou seja,
a beleza que temos no dia-a-dia.

Agradecimentos

A minha mãe Angelina a qual vivo perseguindo com amor seus sonhos;
A minha avó Helena que me prova que a simplicidade é a maneira mais completa de viver;
Ao meu pai e avós paternos;
Ao meu irmão Stefan, primos Érico, Igor, Yung, Fabrício, Bárbara;
A minha namorada Luiza que me abrilhanta os olhos e o coração;
A minha amiga Débora que faz com que eu sinta que a amizade é amor;
Aos amigos do prédio Anão, Boi, Bolo, Breu, Dioguinho, Lê, Makako e Yasser que me divertem com nossas histórias loucas;
Aos meus amigos do colégio Alberto, Blanco, Bobão, Koeler, Krempel, Mazzei, Tappler, Fabio e Laura por tanto já terem vivido comigo e ainda assim viverem mais e mais;
Aos meus amigos da Uerj Bocão, Fábio, George, Hugo, João, Márcio, Maurício, Modelo, Rachel, Raíza, Dine, Kamila e Fê por fazerem da Uerj o meu ambiente encantado, do qual não sei viver sem;
Ao mestre Enéias Roncarati, que gentilmente cedeu-me sua tese de mestrado;
Aos meus amigos da ECO Ana Carolina, Ana Clara, Antonio, Barbara, Bruno, Camila, Carlos Alberto, Kadu, Daniela Szwertszarf, Daniela Andrade, Fernanda Couto, Luana, Michelle, Nat, Rachel, Renata, Tatiana, Thereza, Thiago Maia, Vanessa e Wagner por terem ajudado-me em diversos momentos, seja academicamente, seja sentimentalmente;
Aos professores da ECO Aluizio R. 30, Paulo Vaz, Herio Saboga, Agostinho Carneiro, Liv Sovik, Fernando Fragozo, Mathilde Molla, Maurício Schleder, Fernando Mansur, Daniel Welman, Joaquim Welley, Raquel Paiva, Cid Pacheco, Juvenal Hahne, Henrique Antoun, aos quais reitero meus votos de estima e consideração;
Ao orientador José Amaral Argolo que com suas aulas fez com que eu gostasse de ir a ECO.

Epígrafe

“A consciência da própria morte é sem dúvida uma das conquistas maiores constitutivas do homem (...) Desde então, os homens produziram e continuam a produzir uma imensa variedade de representações em torno de sua morte e da dos outros. A consciência da morte abre uma passagem pela qual vão transitar forças notáveis que transformarão a maneira humana de ver a vida, a morte, o mundo.”

José Carlos Rodrigues, *O Tabu da Morte*, 1983, p.20

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Sociologia da Morte | 5 |
| 2.1 História da Morte | 10 |
| 2.2 Conceito de Morte | 17 |
| 3. Imagem da Morte e Imagem da Sociedade | 25 |
| 3.1 Aproximação entre a representação da morte e a dominância ideológica | 27 |
| 4. A Morte no Discurso Jornalístico | 38 |
| 4.1 Comunicação e Poder | 46 |
| 4.2 Violência Simbólica do Discurso Jornalístico | 51 |
| 5. Considerações Finais | 57 |
| 6. Bibliografia | 60 |

1. Introdução

O trabalho que aqui se segue, de conclusão do curso de Comunicação Social, na habilitação Jornalismo, parte da idéia de uma disciplina cursada pelo o autor na faculdade de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. O nome da matéria é Antropologia da Morte.

Na primeira aula desta disciplina, foi perguntado aos alunos o por quê de terem se inscrito nela e qual o seu interesse. A este autor, o interesse foi por um exotismo de associar a ciência antropológica ao fenômeno final da vida humana. Queria saber o conteúdo científico que a morte produz para as ciências sociais.

Então, o curso foi se desenvolvendo através de práticas mortuárias, funerárias, além de mitos da passagem do mundo dos vivos para o dos mortos. No entanto, para o autor deste trabalho, e aluno da Antropologia da Morte, o mais interessante a se abordar naquele curso não seriam tais práticas, os mitos, as danças macabras, as artes funerárias. O que mais o aluno queria era um estudo sobre como a representação da morte nas diferentes culturas podia explicar certos fenômenos sociais e políticos. Tal estudo foi feito na disciplina, porém foi breve demais.

Assim, este autor percebeu que era necessário um conhecimento não antropológico apenas, mas sociológico. Queria cursar uma Sociologia da Morte, mas isso não era possível, pois tal disciplina não existe naquela instituição de ensino.

A tarefa de explicar a diferença entre antropologia e sociologia é difícil. Usemos uma metáfora, aprendida no curso de Ciências Sociais na UERJ, que congrega três ciências humanas: a Ciência Política, a Sociologia e a Antropologia. Eis a metáfora: o cientista político é aquele que estuda a sociedade a partir de um avião. Ele está voando, tendo um panorama geral do que quer estudar. Já o sociólogo está dentro do carro, sem contato direto com as pessoas da sociedade, mas que nota sua movimentação e a dinâmica da sociedade. A antropologia, então, está a pé. Junto às pessoas.

O estudo que se segue está baseado na leitura de autores que falam da morte, como Phillippe Ariès¹, Norbert Elias e Jean Ziegler, além do brasileiro José Carlos Rodrigues. Para o estudo de poder utilizamos alguns dos mais geniais pensadores do mundo moderno, tais como Pierre Bourdieu, Lois Althusser e Michel Foucault².

Tivemos em Pedrinho A. Guareschi aquilo que mais inquietava: uma relação entre a comunicação e o poder, sem que este poder seja aquele convencionalmente chamado por “Quarto Poder”. Já no estudo do campo do jornalismo e de seu discurso também, utilizamos os autores Antônio Fausto Neto, Elias Machado Gonçalves e Enéias Roncarati. Todos eles passaram pela a mesma Escola de Comunicação da UFRJ, recebendo títulos de mestre e doutores. Ainda, utilizamos alguns dos grandes pensadores da sociedade ocidental, tais como Émile Durkheim, Jean-Jaques Rousseau, Karl Marx e Thomas Hobbes.

A seleção de bibliografia seguiu uma dinâmica em que se escolhia inicialmente os temas relacionados à morte. A pesquisa bibliográfica encontrou diversos estudos sobre a psicologia da morte, e não muito sobre a sociologia da morte. Mas o que foi encontrado esteve sempre de bom agrado à idéia que queríamos desenvolver.

A primeira providência tomada foi a de limitar o estudo à sociedade capitalista ocidental. Nossa análise só é possível nesta sociedade, que vem se desenvolvendo há séculos. O capitalismo como modo de produção hegemônico do mundo ocidental se consolida no século XVIII, através da Revolução Francesa, em 1789, e da Revolução Industrial, na Inglaterra. É a partir deste momento que o modo de produção capitalista passa a ser um consenso da burguesia – as classes que mais se desenvolviam politicamente e economicamente - como o melhor meio de produção.

Assim, o estudo da representação da morte desta dissertação só pode ser feito através da sociedade capitalista ocidental, por causa de suas singularidades, tal como a formação de uma sociedade dividida em classes sociais, com a opressão de algumas por parte de outras. Deste modo, a análise que se segue não se aplica a outro tipo de sociedade humana.

¹ Autor francês da maior importância no estudo das representações da morte, a quem o autor desta dissertação recorreu em diversos momentos. Outro escritor francês de muito destaque nessa área de estudo é Michel Vovelle, mas não encontramos nenhum título do autor nas bibliotecas pesquisadas. Na internet não encontramos nenhum material deste autor em português, só em francês – língua que o autor desta dissertação não domina.

² O autor deste trabalho reconhece que não chegou a atingir toda a potencialidade dos estudos de Michel Foucault. Falaremos mais sobre isso nas *Considerações Finais*.

Poderíamos ter desenvolvido uma nova parte do trabalho sobre a questão da representação da morte no Oriente, pois material para esse feito foi encontrado. Um exemplo é a tese de mestrado de Enéias Roncarati³, que faz uma diferenciação entre a concepção do tema nos dois hemisférios.

Estudos antropológicos foram achados em grande volume, o que poderia ser útil para demonstrarmos a diferença que existe em diversas sociedades nas representações da morte. Mas o intuito foi o de deixar realmente de fora qualquer outra análise de fora da sociedade capitalista ocidental. Ainda assim, neste trabalho mostramos que a representação da morte é sempre dada pela a cultura, por uma representação social de uma consciência coletiva da população de uma sociedade.

A idéia de fazer um estudo representativo da morte como poder ideológico nasce, como já dissemos, no curso de Ciências Sociais. Mas o desenvolvimento mais acachapante desta idéia seria no campo do Jornalismo. A idéia original era a de fazer um estudo de caso das diferentes formas de se noticiar as mortes. Vimos em Roncarati este estudo, mas decidimos por abandonar esta idéia, para que esta dissertação não parecesse uma resenha de um estudante de graduação de uma obra de mestrado.

Com efeito, decidiu-se abandonar o formato de um estudo de caso. Uma das causas foi a que explicamos acima. A outra se dá pelas limitações de tempo e estudo que uma monografia de graduação oferece. Pensamos, então, em fazer deste trabalho uma dissertação teórica, que pudesse, no futuro, oferecer uma base de sustentação para um estudo de caso, em um aprofundamento do tema.

A proposta então da monografia é a de mostrar que há uma dominância ideológica no discurso jornalístico. Dominância que é uma violência simbólica em cima das classes subalternas das sociedades ocidentais modernas. O estudo, então, baseia-se no estudo da morte, ou melhor, de sua representação.

Desta maneira, a forma pela qual se trabalho foi com a pesquisa bibliográfica, já destacada, que pavimenta, em todo o trabalho, nossa hipótese. Esta metodologia adotada valeu-se de uma identificação de obras que são clássicas das Ciências Sociais e aquelas

³ RONCARATI, Enéias. *Representações do fim da vida na cultura contemporânea: Um estudo da morte no discurso da mídia impressa nacional*. Orientador: Prof. Dr. José Amaral Argolo. Rio de Janeiro, agosto de 2002: Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

que, dentro da temática da morte, merecem toda a atenção. Temos, então, uma dissertação que trabalha sobre os seguintes temas: comunicação, discurso jornalístico, poder ideológico, violência simbólica e morte.

O percurso que estes temas são estudados foi dividido em três capítulos: um sobre a sociologia da morte, um que trata da aproximação da temática tanática da jornalística, e, por fim, outro sobre a aparição da morte no jornalismo como leitura da dominância político-ideológica de uma classe sobre outras.

Este trabalho visa, então, estudar a morte através do ponto de vista da sociologia no seu capítulo inicial, *Sociologia da Morte*. Buscaremos definir o que é a sociologia da morte, conceituando-a e contando a sua história. Como já destacamos, para delimitar nossa pesquisa, tratamos apenas da representação da morte na sociedade ocidental. Os autores principais aqui utilizados foram Ariès, Durkheim, Elias, Rodrigues e Ziegler.

No segundo capítulo, *Imagem da Morte, Imagem da Sociedade*, procuramos aproximar o primeiro capítulo do último. Mostraremos neste capítulo a questão do conceito de representação social, e a de como a morte é vista na sociedade ocidental contemporânea.

O terceiro capítulo, intitulado *A Morte no Discurso Jornalístico*, trata da representação que a morte é acometida no jornalismo. Assim, temos uma dissertação que busca uma interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Comunicação.

Mostramos, ainda neste último capítulo, como o fenômeno da morte pode produzir efeitos de poder ideológico dentro do campo da comunicação. Para tanto, um breve estudo de comunicação e poder foi feito. Ao fim do capítulo, temos a apresentação de como as classes dominantes da sociedade ocidental capitalista exercem uma violência simbólica no discurso jornalístico, sendo a representação da morte o estudo feito para tal exemplificação. Os principais autores utilizados foram Althusser, Bourdieu, Fausto Neto, Foucault, Rodrigues e Ziegler, novamente.

Depois do terceiro capítulo, temos as considerações finais que este trabalho oferece. Espera-se que este trabalho esteja bem coerente, que possibilite novos desdobramentos acerca não apenas da questão da morte, este tema atemporal, que sempre está presente na vida dos homens, mas também sobre a questão do poder ideológico que o discurso jornalístico carrega, e que nem sempre é percebido.

2. A Sociologia da Morte

Como a introdução já abordou, o tema da morte é um tema atemporal, que nunca irá se extinguir. Estamos no início do século XXI e muitas das dúvidas e reflexões sobre o fim da vida continuam a serem expostas, tanto pelas pessoas quanto pelas instituições religiosas.

Este trabalho procurará, ao máximo, deixar qualquer tipo de ascese religiosa de fora de suas análises, mas sabe-se que isto é difícil de se fazer. Sabe-se que por mais que tentemos sermos objetivos cientificamente, a subjetividade de qualquer pessoa atua na sua comunicação. Temos assim que muitos princípios religiosos estão laicizados na sociedade ocidental, e grande parte deste volume de princípios laicizados vêm do cristianismo. Tais princípios vêm sendo coercitivamente moldados em nós desde o momento em que nascemos, como um fato social que Emilié Durkheim conceitua e como um sistema moral que o Cristianismo é visto por Friedrich Nietzsche⁴. Temos então que a morte carrega sentidos variados em diversas culturas.

Este primeiro capítulo pretende discorrer sobre a morte, através de leituras de textos sobre o tema. Pensou-se em chamar este capítulo por Antropologia da Morte⁵, mas as pesquisas feitas indicaram que o mais adequado seria chamar o capítulo por Sociologia da Morte.

Tal indicação se deve pelo o fato de que a intenção deste estudo está contida na análise teórica da morte, e não no que a Antropologia da Morte mais nos apresenta, que são estudos sobre ritos de passagem, rituais funerários e ornamentos funerários. Já a Sociologia da Morte procura pesquisar mais a ação ao contexto social que uma morte pode vir a acometer.

José Carlos Rodrigues, em *Tabu da Morte*, afirma que “uma sociologia da morte só pode ser sociologia dos vivos e que nosso trabalho não é sobre a morte, mas sobre as ‘representações sociais’ da morte (1983, p.11).”

⁴ Temos em Nietzsche diversas obras que tratam desta questão, como *Genealogia da Moral*, *Assim Falava Zaratustra* e *O Anticristo*.

⁵ O autor desta monografia assistiu e concluiu a disciplina Antropologia da Morte, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no curso de Ciências Sociais, que também cursa. Foi esta disciplina que lhe deu a idéia e o suporte para pesquisar o tema da morte no jornalismo.

Do mesmo modo, Norbert Elias nos apresenta o problema da morte como um problema dos vivos, pois os mortos não têm problemas. Também afirma que este é um problema que só nós, os homens, temos, pois as outras criaturas da Terra morrem sem saber que vão morrer.

Apenas eles podem prever seu próprio fim, estando cientes de que pode ocorrer a qualquer momento e tomando precauções especiais – como indivíduos e como grupos – para proteger-se contra a ameaça da aniquilação (ELIAS. 2001, p.10).

A morte vem a ser um dos elementos que contribuem para a formação das sociedades humanas. O medo de morrer levou os homens a abrir mão de sua liberdade plena em troca de sua segurança, o que fez com que uma espécie de contrato social fosse aceito. Para Elias, a ameaça de aniquilação foi durante muito tempo a função central de grupos humanos como tribos e Estados.

Rodrigues diz que “uma sociedade se estrutura não apenas **apesar** da morte e **contra** a morte, mas ela **contém** a morte em si (1983, p.22).”⁶ Dessa forma, podemos perceber que toda sociedade se funda, se articula, de uma forma ou outra, por influência da morte.

A idéia de um pacto social entre os homens vem de Jean-Jacques Rousseau. Para ele, o homem, diante dos perigos de morrer, de conservar o seu estado natural, formou associação com outros homens, para que pudessem ter mais força diante de algum perigo de vida. Assim, o homem teria resguardado a sua vida e suas propriedades.

Essa associação de homens, através de um contrato social, formou a pessoa pública, que pode ser tratada como o Estado, que garantiu o bem comum a todos, ou seja, o bem comum é a possibilidade de uma sobrevivência mais duradoura.

Rousseau afirma que: “enfim, cada qual, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e, como não existe um associado sobre quem não se adquira o mesmo direito que lhe foi cedido, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e maior força para conservar o que se tem (1987, p.32).” O que o homem procura conservar assim, é a própria vida, a própria humanidade, a sua chance de perpetuar a sua espécie.

⁶ O grifo é do autor.

Outro pensador político que procurou estudar o porquê da associação entre homens foi o inglês Thomas Hobbes. Na sua obra mais destacada, *O Leviatã*, o homem é movido pelo desejo e o temor, o que cria uma situação de conflito permanente (a guerra de todos contra todos), em que o homem é o lobo do homem. A razão, ou capacidade de calcular os efeitos favoráveis ou desfavoráveis das ações, impõe que cada indivíduo, por um contrato firmado com todos os outros indivíduos, renuncie totalmente aos direitos que possui naturalmente sobre todas as coisas, em benefício de um soberano cujos direitos ilimitados lhe permitem fazer reinar a ordem e a paz, e que punisse aqueles que quebrassem o contrato. Este soberano é o que Thomas Hobbes chamou por Leviatã, que seria o poder absoluto dos homens. O Leviatã seria, então, o Estado⁷.

Assim, nas sociedades mais desenvolvidas cria-se um aparelho a partir, como vemos em Rousseau e Hobbes, de laços entre os indivíduos para que suas vidas sejam mais bem protegidas, para que a morte pudesse ser melhor controlada.

O alemão Norbert Elias considera que é o conhecimento da morte que cria problemas para os seres humanos, e que a natureza da morte muda no curso do desenvolvimento social, correspondendo a estágios.

Em cada estágio, também é específica segundo os grupos. Idéias da morte e os rituais correspondentes tornam-se um aspecto de socialização. Idéias e ritos comuns unem pessoas; no caso de serem divergentes, separam grupos (ELIAS. 2001, p.12).

Os estágios a que Elias se refere não devem ser confundidos com a teoria evolucionista, que acredita que cada estágio é uma evolução do anterior. Não se trata de uma evolução com sentido valorativo, mas cumulativo. Elias trabalha com a idéia de um processo de civilização, que pode avançar ou regredir. No curso desse processo mudam os problemas enfrentados pelas pessoas. Mas não mudam de uma maneira desestruturada, caótica. Diz Elias:

⁷ Anotações da aula Ciência Política II, do ano/período 2003/2, do Prof. Dr. Valter Duarte, no curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): No texto original de Hobbes, em inglês, ele usa a palavra “commonwealth” (tradução: corpo social), mas ao traduzir do inglês para o espanhol, perdeu-se o sentido original. A tradução para o espanhol de “commonwealth” passa pela palavra “état” (em português: estado), que não coincide com o significado que Hobbes teria dado. O Estado, para Hobbes, é a burguesia organizada, uma empresa, e não um Estado interventor. Leviatã, então, seria a tradução de “Commonwealth”.

No curso do nítido surto civilizador que teve início há quatrocentos ou quinhentos anos, as atitudes das pessoas em relação à morte e a própria maneira de morrer sofreram mudanças, junto com muitas outras coisas. Os contornos e a direção dessa mudança são claros (Ibidem, p.25).

Estas atitudes que Elias trata será melhor vista na história da morte, que é um sub-capítulo que está presente neste capítulo.

Michel Foucault, no livro *História da Sexualidade – Volume 1: A vontade de saber*, escreve no capítulo *Direito de morte e poder sobre a vida*, que:

Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte (...), condicionado à defesa do soberano e à sua sobrevivência enquanto tal (...) O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir (1988, p.127-128).

O Estado, como detentor do monopólio da violência, pode fazer imposições àqueles que representa. Como o grupo social que já há algum tempo, desde o século XIX, tem uma força econômica dos Estados, a burguesia procura pelo poder político, para que possa dirigir o soberano, o leviatã. Após alguns séculos, ela consegue o controle político, depois de passar pelo Iluminismo⁸, que contestava as instituições de outrora, as do Antigo Regime⁹ e defendia os ideais liberais burgueses. Finalizada a 1ª Revolução Industrial¹⁰, o poder econômico burguês passou a ter mais e mais valor, fazendo com que o modo de produção capitalista prevalecesse sobre o Antigo Regime. Assim, as Revoluções Liberais¹¹ significaram no plano político-jurídico o estabelecimento de uma sociedade capitalista liberal, passando, então a também ter o poder político da sociedade.

⁸ O Iluminismo ocorreu no século XVIII, que passou a ser conhecido também por Século das Luzes, por conta do surgimento de novas idéias na sociedade europeia para a resposta de problemas da época. Os pensadores iluministas formaram os fundamentos ideológicos da burguesia.

⁹ Antigo Regime se refere ao modo absolutista em que os reis governavam, um modo em que eles eram vistos como divinos. Este regime então consolidava a força política da Igreja junto com o Estado.

¹⁰ Ocorrida entre 1760-1870, sendo o seu berço na Inglaterra.

¹¹ Os marcos significativos das Revoluções Liberais foram: a Revolução Americana (1775-1783); a Revolução Francesa (1789-1815); as revoltas anticoloniais, ocorridas nas áreas periféricas da Europa e expressadas na emancipação política da América Espanhola e do Brasil (1810-1815); as Revoluções de 1820, 1830 e 1848, em vários países europeus.

Por estar agora à frente do Estado, a burguesia procurará manter seus privilégios de classe, e muitos deles são mantidos por códigos simbólicos e ideológicos. Assim, temos que a forma pela qual a morte é vista pela sociedade capitalista ocidental assume uma forma simbólica da dominância burguesa. A morte, não obstante, é um dos fenômenos que irá ser vista sobre o prisma da dominância burguesa. José Luiz de Souza Maranhão, em *O que é a morte?*, pode nos explicar melhor isso:

Não satisfeita em privar o indivíduo de sua agonia, de seu luto e da nítida consciência da morte, de impor à morte um tabu, de marginalizar socialmente o moribundo, de esvaziar todo o conteúdo semântico dos ritos tanáticos, a sociedade mercantil vai além, ao transformar a morte num resíduo irreconhecível. Ela já não é mais um destino. O que existe é a sua relação negativa com o sistema de produção, de troca e de consumo de mercadorias. É o estado de não-produção, de não-consumação. Ao negar a experiência da morte e do morrer, a sociedade realiza a coisificação do homem (1986, p.19).

No decorrer do capítulo iremos compreender melhor essa “coisificação” do homem, de que modo a sociedade capitalista ocidental formulou no homem o conceito de morte.

A Ciência Política, através de autores como Rousseau, Hobbes, nos ajuda a compreender melhor a razão pela qual o homem deixou de ser individualista para viver em grupo. Com efeito, temos um entendimento que a morte vem a ser um dos elementos de associação dos homens, através do medo que o homem tem dela. Este medo fez com que os homens abrissem mão da sua liberdade para que fossem regidos por leis. A relação entre sociedade e morte é justamente aquela em que a morte foi elemento principal do aparecimento da sociedade humana. Assim:

Não obstante – e talvez mesmo por causa da impossibilidade de sua inserção, absorção e submissão ao(s) sistema(s) da lógica – o fantasma do aniquilamento ronda, envolve, fustiga, desafia todos os sistemas humanos de explicação do homem e do mundo (RODRIGUES. 1983, p.18).

E mais ainda que:

Em toda sociedade, a dominação se funda sobre o medo da morte (...) e sobre a regulamentação do direito de produzir a morte (...) Assim,

temor pela morte desempenha um papel importante na dominação e, sem ele, ela possivelmente não seria possível (Ibidem. p.280).

Podemos notar que a morte, ou melhor, a atitude diante dela, a sua representação, vem a ser um tema histórico da sociedade humana. É importante, pois, conhecermos melhor a sua história.

2.1 História da Morte

Tendo conceituado a morte no presente trabalho, vimos que ela não possui apenas uma significação, pois como está dentro de toda cultura humana, ela comporta sentidos variados por conta da enorme variedade de culturas na sociedade humana.

Como o enfoque da dissertação é sobre a sociedade moderna ocidental, eis que surge a necessidade de trazer para o leitor um contexto maior do que foi a morte para esta sociedade. Para tanto, iremos traçar neste momento a história da morte no Ocidente.¹²

Através da leitura de diversas fontes, notamos uma coincidência de idéias quanto à história da morte. Ao saber que um dos autores que já havíamos lido, o francês Phillipe Ariès, escreveu um livro exatamente sobre a história da morte, tomamos por base este livro, chamado *História da Morte no Ocidente*.

Temos também documentada a crítica que Norbert Elias faz em *A Solidão dos Moribundos* a Ariès. Para o historiador alemão, Ariès entendeu a história apenas como descrição.

A seleção de fatos de Ariès se baseia numa opinião preconcebida. Ele tenta transmitir sua suposição de que antigamente as pessoas morriam serenas e calmas (...) embora seu livro seja rico em evidências históricas, sua seleção e interpretação dessas evidências deve ser examinada com muito cuidado (2001, p.19).

¹² Notaremos que a existência de crenças religiosas no momento da morte irá aparecer nesta dissertação. Tal fato se deve a história do Ocidente, pois suas sociedades tinham o elemento religioso. Ainda assim, o interesse da dissertação não é de analisar a religiosidade, e sim a história da morte no Ocidente.

Ainda assim, o estudo histórico de Ariès é de suma importância para termos uma história de como a atitude do homem perante a morte foi se modificando ao longo do tempo. No momento adequado, colocaremos mais críticas de Norbert Elias.

Ariès traça um painel histórico de como a representação da morte existiu na sociedade ocidental, de como costumava ser a atitude do homem ocidental diante da morte da Idade Média aos nossos dias.

Neste painel histórico, Ariès afirma que a representação da morte tem quatro momentos característicos, que ele denominou como: 1, “a morte domada”; 2, “a morte de si mesmo”; 3, “a morte do outro”; 4, “a morte interdita”.

O primeiro momento, de “a morte domada” é o da morte previsível, aceita, que está contida na primeira fase da Idade Média. O moribundo é advertido de sua morte, “não se morre sem se ter tido tempo de saber que se vai morrer (ARIÈS. 2003, p.27).”

O moribundo sabia do seu fim, que estava próximo de morrer. Ele está em seu leito, rodeado das pessoas que convive. Ele mesmo sabe quais últimos atos deve cumprir, a saber: o primeiro deles é de lamento da vida, com uma evocação triste e discreta. Após o lamento da nostalgia da vida, o moribundo deve perdoar aqueles que rodeiam o seu leito. Feito isso, o próximo passo é de esquecer o mundo e de pensar em Deus, de rezar. Com a absolvição do padre, então o moribundo pode esperar a morte.

Temos então que a morte é uma cerimônia pública e organizada, pelo próprio moribundo também, já que conhece o que precisa ser feito. “Era importante que os parentes, amigos e vizinhos estivessem presentes. Levavam-se as crianças – não há representação de um quarto de moribundo até o século XVIII sem algumas crianças (Ibidem, p.34-35).”

Vemos, então, que àquela época, a morte não era um tabu. Mesmo crianças participavam do momento da morte. Havia uma coexistência dos vivos e dos mortos. Os vivos estavam, assim, familiarizados com os mortos. Com efeito, com a própria morte também.

É aqui que residem as críticas de Norbert Elias, pois ele afirma que Ariès quer fazer da morte nesse tempo algo mais sereno, mais calmo e mais pacífico do que é hoje. Diz Elias que “a morte naquela época era, para jovens e velhos, menos oculta, mais presente, mais familiar. Isso não quer dizer que fosse mais pacífica (2001, p.21).”

Elias mostra que naquele momento da Idade Média as cidades cresciam, e com isso a falta de higiene, de saúde pública, deixava as pessoas com medo de morrer, pois o aparecimento de pestes varria a Europa, além das constantes guerras.

Também, quanto ao medo do inferno propagado pela Igreja, Ariès diz pouco, o que vale mais crítica de Elias, que diz que existiam quadros que retratavam demônios que atormentavam os mortos. “Com tais imagens aterrorizantes diante dos olhos, uma morte pacífica não pode ter sido fácil (2001, p.23).” Logo, a atitude da morte ser tida como pacífica não condiz muito com a história, segundo Elias¹³.

O segundo momento que Ariès detecta é “a morte de si mesmo.” É um momento que coexiste com o primeiro, já que houve uma pequena alteração na segunda fase da Idade Média (a partir dos séculos XI e XII) de como o homem ocidental dava sentido à morte. O que passou a ser chamado de segundo momento se deve à maior dramaticidade que a representação da morte ganhou.

Ante às classes instruídas, “a solenidade ritual da morte no leito tomou, no fim da Idade Média (...) um caráter dramático, uma carga de emoção que não possuía (ARIÈS. 2003, p.53).” Este aumento de carga de emoção se deve ao fato de que:

O homem do fim da Idade Média (...) tinha uma consciência bastante acentuada de que era um morto em suspensão condicional, de que esta era curta e de que a morte (...) despedaçava suas ambições e envenenava seus prazeres. Esse homem tinha uma paixão pela vida que hoje nos custa compreender, talvez porque nossa vida tenha se tornado mais longa (Ibidem, p.58).

Este tempo de ver a morte, como “a morte de si mesmo,” que perdurou até o século XV, estabeleceu “uma relação, até então desconhecida, entre a morte de cada indivíduo e a consciência que este tomava de sua individualidade (Ibidem, p.62).”

Finalizando este segundo momento no painel histórico da morte, Ariès escreve que:

No espelho de sua própria morte, cada homem redescobria o segredo de sua individualidade. Essa relação, entrevista pela Antigüidade greco-romana (...) e logo a seguir perdida, nunca deixou depois de

¹³ Ainda assim, é importante salientar que Elias corrobora os estudos de Ariès, pois o próprio título do seu livro (*A Solidão dos Moribundos*) indica uma aproximação com o tabu da morte que o francês indica no quarto momento da história da morte (“a morte interdita”), como veremos mais à frente.

impressionar nossa civilização ocidental. O homem das sociedades tradicionais, que não era só o da primeira fase da Idade Média mas também o de todas as culturas populares e orais, resignava-se sem grande dificuldade à idéia de sermos todos mortais. Desde meados da Idade Média, o homem ocidental rico, poderoso ou letrado reconhece a si próprio em sua morte – descobriu a morte de si mesmo (Ibidem, p.63).

O terceiro momento característico é o que Ariès chama por “a morte do outro”. Ele começa a partir do século XVIII, dando um sentido de exaltação, dramaticidade, e deseja a morte com fervor. O que seria isso que o homem ocidental pensa da morte?

Ao mesmo tempo, (ele) já se ocupa menos de sua própria morte, e, assim, a morte romântica, retórica, é antes de tudo a **morte do outro**¹⁴ – o outro cuja saudade e lembrança inspiram, nos séculos XIX e XX, o novo culto dos túmulos e dos cemitérios (Ibidem, p.64).

Para Ariès, a partir do fim do século XV vê-se um sentido erótico nos temas da morte. As danças macabras representavam um maior erotismo no século XVI. Há também uma crescente associação entre a morte e o amor deste século até o século XVIII. Afirma o autor:

Como no ato sexual, a morte é, a partir de então, cada vez mais acentuadamente considerada como uma transgressão que arrebatava o homem de sua vida cotidiana, de sua sociedade racional, de seu trabalho monótono, para submetê-lo a um paroxismo e lançá-lo, então, em um mundo irracional, violento e cruel. Como o ato sexual para o Marquês de Sade, a morte é uma ruptura (Ibidem, p.65).

Tal ruptura iniciou-se “no mundo das fantasias eróticas. Passará ao mundo dos fatos reais e ocorridos (Ibidem, p.66).” Ocorrerá uma perca, então, dos caracteres eróticos, para serem adequados à beleza, através do que entendemos hoje por mórbido. “A morte não será desejável, como nos romances macabros, mas sim, admirável por sua beleza (Ibidem, p.66).” O corpo morto e nu passa a ser objeto de curiosidade científica e deleite artístico, mórbido.

Outra grande mudança neste terceiro momento é quanto à relação entre o moribundo e sua família. O testamento, até o século XVIII, guardava “os pensamentos profundos, sua

¹⁴ O grifo é do autor.

fé religiosa, seu apego às coisas, aos seres que amava (Ibidem, p.69)”, sofreu uma mudança. Já na segunda metade do mesmo século, o testamento reduziu-se a um ato legal de distribuição de fortunas. Antes, o testamento era uma espécie de contrato de salvação, da alma e do corpo.

Também frente ao momento de sua morte, passou o moribundo a delegar parte do protocolo que deveria ser feito quanto à iminência de seu fim aos que lhe eram próximos. Ainda era o principal personagem, mas a assistência dos outros também entra em cena.

Se o moribundo manteve o papel principal, os assistentes não são mais os figurantes de outrora, passivos, refugiados nas preces e que, em todo caso, do século XIII ao XVIII, já não manifestavam as grandes dores de Carlos Magno ou do rei Arthur. Aproximadamente desde o século XII, o luto excessivo da Alta Idade Média efetivamente ritualizou-se. Começava apenas após a constatação da morte e traduzia-se por uma indumentária, por hábitos e por uma duração fixados com precisão pelo costume.

Assim, do fim da Idade Média ao século XVIII, o luto possuía uma dupla finalidade. Por um lado, induzia a família do defunto a manifestar, pelo menos durante um certo tempo, uma dor que nem sempre experimentava (...) Por outro lado, o luto tinha também o efeito de defender o sobrevivente, sinceramente submetido à provação, contra os excessos da dor, pois impunha-lhe um certo tipo de vida social, as visitas de parentes, vizinhos e amigos que lhe eram feitas e no decorrer das quais a dor podia ser liberada sem que sua expressão ultrapassasse, entretanto, um limite fixado pelas conveniências (Ibidem, p.71).

Este limite, segundo Ariès, não foi mais respeitado, desenrolando o luto com ostentação além do usual. Chorava-se, desmaiava-se e jesua-se, de forma que o “século XIX é a época dos lutos que o psicólogo de hoje chama por **histéricos**¹⁵ (Ibidem, p.72).”

Assim, a morte começou a ser dramatizada e exaltada, “a morte do outro” foi embelezada pelo Romantismo e acompanhada pro choros, gestos dramáticos, afetividades prolongadas até o século XIX, mostrando que o homem ocidental de tal época já não aceita com facilidade a morte do outro. “A morte temida não é mais a própria morte, mas a do outro. Esse sentimento é a origem do culto moderno dos túmulos e dos cemitérios (Ibidem, p.72).”

¹⁵ O grifo é do autor.

Por conta do culto aos túmulos e cemitérios, o terceiro momento no painel histórico da morte fez com que uma nova representação da sociedade nascesse no fim do século XVIII, tendo se desenvolvido no século XIX:

Pensa-se, e mesmo sente-se, que a sociedade é composta ao mesmo tempo de mortos e vivos, e que os mortos são tão significativos e necessários quanto os vivos. A cidade dos mortos é o inverso da sociedade dos vivos ou, mais do que o inverso, sua imagem, e sua imagem **intemporal**.¹⁶ Pois os mortos passaram pelo momento da mudança, e seus monumentos são os signos visíveis da perenidade da cidade. Assim, o cemitério retomou um lugar na cidade, lugar ao mesmo tempo físico e moral (Ibidem, p.77).

Na última fase da história da morte no Ocidente, já da segunda metade do século XX em diante, Phillipe Ariès mostra como a morte apagou-se, foi camuflada, negada e escondida. Até vergonhosa e proibida ela se tornou, sendo banida do espaço familiar e doméstico para as instituições hospitalares e técnicas. A morte, então, passou a ser “a morte interdita.”

Todavia, a mudança da atitude do homem ocidental frente à morte mudou aos poucos desde a Alta Idade Média até a metade do século XIX. Já “a morte interdita” veio arrebatadora, mudando as concepções de uma maneira rápida, tornando-se de familiar à vergonhosa e interdita.

Saber que o fim da vida está próximo trouxe para este novo momento um problema: a dificuldade de aceitar e enfrentar a morte e de contá-la ao moribundo, “a verdade começa a ser problemática (Ibidem, p.84).”

Assim, um sentimento diferente surgiu:

Evitar não mais ao moribundo, mas à sociedade, mesmo aos que o cercam, a perturbação e a emoção excessivamente fortes, insuportáveis, causadas pela fealdade da agonia e pela simples presença da morte em plena vida feliz, pois, a partir de então, admite-se que a vida é sempre feliz, ou deve sempre aparentá-lo (Ibidem, p.85).

¹⁶ O grifo é do autor.

Por conta disso, a evolução se precipita devido ao deslocamento do lugar da morte: “não se morre mais em casa, em meios aos seus, mas sim no hospital, sozinho (Ibidem, p.85).” Tal fato se deve por conta de que o hospital é onde melhor pode-se ser tratado, com cuidados que são difíceis de serem feitos em casa.

Agora, o moribundo não tem mais controle dos seus atos, mas sim os médicos. São eles que decidem o que o moribundo pode ou não fazer.

Já quanto às manifestações de luto, elas são condenadas no mais das vezes. Estar devotando sentimentos ao morto, com sofrimento, causa repugnância, não mais apenas pena. “Só se tem o direito de chorar quando ninguém vê nem escuta: o luto solitário e envergonhado é o único recurso (Ibidem, p.87).”

Não há uma pedagogia da morte. As crianças, principalmente, são afastadas da morte. Fez-se uma interdição das manifestações públicas da morte, o que antes era exigido é agora proibido.

A morte tornou-se um tabu. Substituindo o sexo, no século XX, como principal interdito. Ariès afirma que:

Antigamente, dizia-se às crianças que se nascia dentro de um repolho, mas elas assistiam à grande cena das despedidas, à cabeceira do moribundo. Hoje, são iniciadas desde a mais tenra idade na fisiologia do amor, mas quando não vêem mais o avô e se surpreendem, alguém lhe diz que ele repousa num belo jardim por entre as flores (...) Quanto mais a sociedade relaxava seus cerceamentos vitorianos ao sexo, mais rejeitava as coisas da morte. E, junto com o interdito, aparece a transgressão: na literatura macabra reaparece a mistura do erotismo e da morte – buscada do século XVI ao XVIII – e, na vida quotidiana, surge a morte violenta (Ibidem, p.89).

Quem de nós nunca soube que quando a criança pergunta como um bebê nasce, o adulto responde que foi a cegonha que a trouxe? Também, quem nunca ouviu um adulto dizer para uma criança que, aquele familiar que ela adorava e perguntou para onde foi, foi ao encontro de “Papai do Céu”?

O sexo e a morte são interditos na sociedade ocidental, mas a morte tornou-se o tabu hegemônico atualmente. Enquanto que não há uma pedagogia da morte, passamos a ver uma pedagogia do sexo na sociedade ocidental.

Este interdito em torno da morte procura estabelecer uma felicidade na sociedade. Quer que haja uma:

obrigação social de contribuir para a felicidade coletiva, evitando toda causa de tristeza ou de aborrecimento (...) Demonstrando algum sinal de fraqueza, peca-se contra a felicidade, que é posta em questão, e a sociedade arrisca-se, então, a perder sua razão de ser (Ibidem, p.90).

Saber a causa dessa necessidade pela felicidade é o que esta dissertação está a procurar também. Ariès pensa que esta busca consiste “sobre as ruínas do puritanismo, em uma cultura urbanizada na qual dominam a busca da felicidade ligada à do lucro, e um crescimento econômico rápido (Ibidem, p.95).”

Para concluir a história da morte no Ocidente, retomamos os quatro momentos que o historiador da atitude do homem diante da morte, Phillipe Ariès, produziu: 1, “a morte domada; 2, “a morte de si mesmo”; 3, “a morte do outro”; 4, “a morte interdita.”

Vimos, que, a representação da morte no Ocidente teve quatro fases, sendo que a última mudou o sentido da morte de uma maneira rápida, abrupta. Sendo esta que hoje vivenciamos. Tornando a morte um tabu na nossa sociedade.

2.2 Conceito de Morte

Fenômeno universal, a morte atinge todos os seres vivos do planeta. À toda e qualquer cultura, a morte estará presente. Seja na sociedade moderna ocidental, seja na sociedade oriental, e ainda na sociedade tupi-guarani, ou ainda em alguma tribo escondida nos confins da África. A morte faz-se presente em todas as sociedades humanas.

No livro *A sobrevivência depois da morte*, um dos autores diz que:

Formular o problema da morte é, antes de tudo, perguntar o que significa esta palavra, pejada sobretudo de conotações objetivas. Daí se passa à noção de “fim de estado de vida” e, tratando-se do homem, será conveniente inquirir das características do homem vivo (DONNARS. 1968, p.83).

Morte no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, significa “S.f. 1. ato de morrer; o fim da vida animal ou vegetal. 2. Termo, fim. 3. Destruição, ruína (1975, p.947).”

Sintaticamente, a palavra morte pede sempre um complemento nominal. Pois quando se fala em morte, se fala em morte de alguém ou de alguma coisa.

Saindo da parte gramatical, conceituar um fenômeno que atinge todas as diferentes culturas humanas é de difícil conclusão. Ainda mais quando sabemos que existem diversas religiões e crenças. Este trabalho acadêmico visa não discutir a morte enquanto tema religioso. Portanto, procurará ser objetivo, através do melhor uso das ciências sociais. Pois que façamos uso do relativismo cultural que a Antropologia nos ensina.

Antes de procurarmos compreender o que é relativismo cultural, necessitamos de uma definição-guia sobre o que é cultura aos olhos deste trabalho.

Em *O Tabu do Corpo*, de José Carlos Rodrigues, encontramos uma definição de cultura que nos transmite com exatidão aquilo que queremos abordar neste trabalho, eis o que ele afirma:

A Cultura, distintivo das sociedades humanas, é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social. Puramente convencional, esse mapa não se confunde com o território: é uma representação abstrata dele, submetida a uma lógica que permite decifrá-lo. Viver em sociedade é viver sob a dominação dessa lógica e as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes sem que disso tenham consciência. Podemos então, inferir que, se a vida coletiva, como a vida psíquica dos indivíduos, se faz de representações, ou seja, das figurações mentais de seus componentes – sendo, então, a sociedade, de natureza intelectual – o seu conhecimento requer uma teoria social do conhecimento (...) O fato é que, uma vez constituídos, os sistemas de representações e sua lógica são introjetados pela educação nos indivíduos, de forma a fixar as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, garantindo, dessa maneira, para o sistema social, uma certa homogeneidade (1975, p.11).

Temos então que a cultura consiste em uma formulação convencional, normativa da vida humana em sociedades. Mais adiante veremos a ação que a educação produz no sistema social.

Já o antropólogo renomado Clifford Geertz, em *A Interpretação das Culturas*, defende um conceito de cultura baseado na interpretação de seus símbolos, da semiologia. Eis o que ele afirma:

O conceito de cultura que eu defendo (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (1978, p.15).

Geertz faz uma afirmação que nos mostra que o homem está amarrado, preso, às suas próprias construções simbólicas, culturais. Dessa forma, o comportamento humano é dirigido por padrões culturais, que em sua totalidade podem ser vistos como a cultura. São os sistemas organizados de símbolos significantes que compõem as linguagens, os mitos, os rituais...

O antropólogo Clifford Geertz entende que o homem não só cria signos como também é controlado por eles. Cada signo decodificado oferece um significado dentro do contexto cultural que o indivíduo vive. Cada cultura, para Geertz, consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas. O homem, individual, está preso à sua cultura (seus sistemas organizados de símbolos significantes). Portanto, cada cultura individualiza o homem à sua maneira. Assim, outras culturas, outros homens.

Retomando o ponto deixado de lado para compreendermos o conceito de cultura que procuramos estudar neste trabalho, vamos voltar ao relativismo cultural. Por relativismo cultural devemos entender por olharmos os costumes, valores dos outros à luz do seu próprio contexto cultural, e não aos olhos daquele que os vê. O relativismo cultural implica em não analisarmos pelo o nosso ponto de vista uma cultura que não seja a nossa. Que procuremos entender esta cultura do “outro” através do ponto de vista dele. O relativismo cultural é a resposta da antropologia moderna frente ao etnocentrismo.

Por etnocentrismo devemos entender como um indivíduo olha uma sociedade diferente da dele através do seu ponto de vista, colocando os seus valores como superiores, julgadores de moral e ética.

Assim, que conceituemos a morte dentro de nossa sociedade ocidental, procurando não implicar nas palavras qualquer dogma religioso. Eis a tarefa difícil, pois, como já dito,

sabe-se que muitas idéias religiosas estão laicizadas em nós, sendo difícil (ou impossível) sermos completamente objetivos.

Podemos começar a investigar o conceito de morte através da medicina. O instante da morte é definido por Hipócrates¹⁷ da seguinte forma, através da leitura do livro *Os Vivos e a Morte*, de Jean Ziegler, em que se acha consignada no livro de Hipócrates, *De Morbis*, 2º Livro, parte 5:

Testa enrugada e árida, olhos cavos, nariz saliente, cercado de coloração escura, têmporas deprimidas, cavas e enrugadas, queixo franzino e endurecido, epiderme seca, lívida e plúmbea, pêlos das narinas e dos cílios cobertos por uma espécie de poeira de um branco fosco, fisionomia nitidamente contornada e irreconhecível (1977, p.174).

O autor francês Jean Ziegler procura por um conceito do instante da morte, no qual ele considera que “o conceito hipocrático do instante da morte possui extraordinária permanência (Ibidem, p.174).”

Investigando mais, Ziegler chega a Declaração de Harvard para o instante da morte. A renomada universidade americana, através da Harvard Medical School, concebeu quatro novos critérios para este instante tanático. A declaração de tais critérios se deve pela incapacidade da classe médica mundial de entrar em um consenso para a fixação do instante da morte.

Os quatro novos critérios, contidos na Declaração de Harvard, que determinavam o instante da morte são: 1, não-receptividade e não-reação; 2, ausência de movimentos respiratórios; 3, ausência de reflexos; 4, encefalograma plano¹⁸.

Tendo o conceito hipocrático e da Harvard Medical School do instante da morte, podemos então considerá-los como os conceitos da morte física ou biológica de uma pessoa.

¹⁷ Hipócrates é considerado o Pai da Medicina. Este grego, nascido na ilha de Cós em 460 a.C. contribuiu para formação de médicos e da própria medicina.

¹⁸ “Confirma o valor do diagnóstico sob condição de que os elétrodos sejam corretamente aplicados, que o aparelho funcione normalmente e que o pessoal encarregado seja competente. Não deve haver reação encefalográfica aos ruídos e beliscaduras (ZIEGLER. 1977, p.181).”

Porém, a morte não pode apenas ser conceituada como elemento definidor do fim da vida biológica do indivíduo. As ciências sociais tratam a morte de duas formas: uma delas é a morte física (ou biológica), como já vimos; outra forma é a morte social.

Enquanto uma pessoa morre fisicamente ela pode ainda atuar socialmente no grupo em que ela viveu, “a morte física não basta para realizar a morte nas consciências (...) a morte definitiva não é determinada pela realidade natural mais que pelas instituições sociais (RODRIGUES. 1983, p.29).” Tal fato se deve aos ritos de passagem, às práticas mortuárias, ao ritual funerário.

O ritual funerário é, na verdade, um rito de vida. Na realidade, ele recria, reorganiza o grupo social e perpetua a memória do morto como indivíduo do grupo.

Portanto, a morte, sob o ângulo humano, não é apenas a destruição de um estado físico e biológico. Ela é também a de um ser em relação, de um ser que interage. O vazio da morte é sentido primeiro como um vazio interacional. Não atinge somente os próximos, mas a globalidade do social em seu princípio mesmo, a imagem da sociedade impressa sobre uma corporeidade cuja ação – dançar, andar, rir, chorar, falar... – não faz mais que tornar expressa (Ibidem, p.21).

O que se faz da morte em toda e qualquer sociedade é que ela não refere-se apenas à questão biológica, mas também social. Desta maneira, temos que a morte é a morte mais a cultura da sociedade, com seus códigos, símbolos, numa complexidade que traduz a interpretação de morrer.

Temos que a morte passa a possuir um caráter social. A morte social é a não-produção do indivíduo dentro de sua sociedade, ou seja, ele está fora do sistema. Rodrigues nos oferece o entendimento que são as instituições sociais que mais determinam a morte de algum indivíduo, pois em diversas culturas o morto ainda está presente nas consciências dos indivíduos do seu grupo, que acabam por manter o morto vivo socialmente. Um exemplo de tal consideração é entre os *Kota*, grupo em que:

Uma viúva permanece a esposa de seu marido falecido, até que o *status* desse venha a ser definitivamente o *status* de um morto. Se, por acaso, depois da morte física do marido, ela vier a ficar grávida, a criança será considerada filha do falecido, com todas as conseqüências que isto implicar (Ibidem, p.30).

Já Louis Vincent Thomas, em *Antropologia de la muerte*, afirma que “*se puede considerar que hay muerte social (com o sin muerte biológica efectiva) toda vez que una persona deja de pertenecer a um grupo dado* (1993, p.53).”¹⁹

Compreende-se portanto que o conceito de morte não se define apenas pela idéia de término da vida, mas sim pelo término da vida social e biológica de um indivíduo. A morte social de um indivíduo pode ser entendida também por meio do conceito de fato social de Émile Durkheim. Os fatos sociais devem ser vistos como coisas que exercem uma coerção sobre os indivíduos. Para o fundador da Sociologia é

fato social toda a maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM. 1987, p.11)

Desta maneira, temos que a morte opera nos indivíduos de uma sociedade uma forma de coerção social, já que esta é uma característica dos fatos sociais. A coerção social significa uma imposição de regras da sociedade ao indivíduo que nela vive.

Já outra característica dos fatos sociais, a educação, atua na conformação dos indivíduos à sociedade em que vivem de forma que as regras sejam apenas vistas como hábitos. Para Durkheim é por meio da educação que os fatos sociais se impõem a nós.

A terceira característica dos fatos sociais é a sua generalidade. A morte, como ato final da vida de todo homem, por ser universal e inerente à condição humana, constitui-se assim como um fato social.

O antropólogo Marcel Mauss apresentou um novo conceito no seu livro *Ensaio sobre a Dádiva*, trata-se do fato social total. Ao termos defendido a idéia de que a morte é um fato social por apresentar todas as características do conceito sociológico de Durkheim, vimos que ela engloba mais características, que são também acolhidas no conceito de Mauss.

Claude Lévi-Strauss, que introduz o livro de Mauss, sugere que o conceito de fato social total:

¹⁹ A tradução do espanhol para o português é: “Pode-se considerar que haja morte social (com ou sem morte biológica efetiva) toda vez que uma pessoa deixa de pertencer a um grupo dado.” A tradução é minha.

Apresenta-se, portanto, com um caráter tridimensional. Tem de fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica com os seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica, ou diacrônica; e, por fim, a dimensão fisiopsicológica (1950, p.23).

Lévi-Strauss ainda afirma que:

Para compreender convenientemente um fato social, é preciso apreendê-lo **totalmente**²⁰, isto é, de fora como uma coisa, mas como uma coisa que todavia faz parte integrante a apreensão subjetiva (consciente e inconsciente) que dela tomarmos se, inelutavelmente homens, vivêssemos o fato como um indígena em vez de o observarmos como um etnógrafo (1950, p.25).

O que o antropólogo Claude Lévi-Strauss está a nos dizer é que tudo aquilo que queremos considerar como fato social necessita de um entendimento total, de forma a pesquisarmos como se fôssemos adjacentes a este fato. A morte, pois, é um fato social total, já que todos nós, propensos a pesquisar sobre ela, a temos em nossa vida. Em nossa vida enquanto sujeitos participantes de comunidade em que a morte aparece em outros sujeitos.

Nas palavras de José Carlos Rodrigues, “para um ser pensante, não é a morte, categoria geral e indefinida, que coloca um problema, mas o fato de que ele, sujeito pensante, morre (1983, p.17).”

Marcel Mauss, para explicar o seu conceito de fato social total (também chamado pelo autor como fenômeno social total), afirma que:

Tudo neles se mistura, tudo o que se constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até às da proto-história. Nestes fenômenos sociais totais, como propomos chamar-lhes, exprimem-se ao mesmo tempo e de uma só vez todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas, morais – e estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – e estas supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos a que estes fatos vão dar e os fenômenos morfológicos que manifestam estas instituições. (1950, p.53).

Aqui, ao relacionar as palavras de Mauss, vemos que a morte é, sim, um fato social total. Nela estão uma pluralidade de sentidos que remetem à religiosidade (por conta de qual o sentido do morrer para cada religião), ao jurídico (por conta das tipificações de

²⁰ O grifo é de Lévi-Strauss.

mortes), econômica (pelo sentido que a morte social pode operar, já que pessoas velhas estão mortas para a sociedade. Pelo o fato de não poderem produzir e nem consumir, elas são deixadas em asilos.), estético (por meio dos rituais funerários, dos símbolos mortuários).

Com efeito, temos que a idéia de morte na sociedade capitalista moderna vêm a ser um fato social total que é sempre reproduzido, por ser um fato social coercitivo e educativo. Por ser totalizante e totalizador, a morte incide sobre todas as dimensões da vida humana e de suas instituições, sendo assim, a morte é considerada, sim, um fato social total.

3. Imagem da Morte, Imagem da Sociedade

O que se pretende mostrar neste capítulo é que a imagem que uma sociedade tem da morte refere-se à imagem que a classe dominante desta sociedade formulou, de modo a salvaguardar seus interesses de classe. Ainda, o presente estudo procura mostrar que a representação da morte que é feita é aquela atual, conforme vimos no sub-capítulo *História da Morte*, a de a morte ser “a morte interdita”.

Para proteger e manter tais interesses, a classe dominante - de maior poder político - apregoa determinados valores, e a morte é um deles, pois a ameaça que ronda de se mudar a estrutura sócio-política, que a favorece, precisa ser aniquilada.

O que José Carlos Rodrigues pode nos dizer sobre a questão da morte na sociedade em relação com a representação de morte que a classe dominante desta sociedade formula?

A morte do outro é o anúncio e a prefiguração da morte de “si”, ameaça da morte do “nós”. Ela mutila uma comunidade, quebra o curso normal das coisas, questiona as bases morais da sociedade, ameaça a coesão e a solidariedade de um grupo ferido em sua integridade. A reação da comunidade é um impulso contrário a essas forças desagregadoras. A violência de suas manifestações significa que a comunidade continua a viver. Quanto mais ela chora, quanto maior a sua dor, quanto maior a efervescência pela qual dirige os indivíduos uns em direção aos outros, tanto mais intensa a sua presença nas almas de seus membros. A comunidade reage com veemência igual à da força que a feriu e os indivíduos nunca se sentem tão iguais a ela quanto quando ela é ameaçada. Reagindo ao desabrigo a que seus membros se viram submetidos, ela restabelece, pelo calor dos que sobreviveram, a integridade do grupo. Ela coloca a morte em seu devido lugar, mostrando-a como uma desventura existencial que se abate sobre o indivíduo e que nada nega da essência que nele foi investida pela sociedade. O rumor do social silencia o silêncio individual, através de manobras em que ao mesmo tempo se comunga com o morto e se o afasto. Imuniza-se a sociedade e evita que sofra outras infelicidades (1983, p.93-94).

Rodrigues nos mostra que quão mais a representação da morte esteja consolidada na consciência coletiva da sociedade, maior a coesão e solidariedade dos indivíduos desta comunidade frente à morte. Assim, “diante da prefiguração da morte de ‘si’ e da ameaça da

morte do ‘nós’ que se pode ver na morte do ‘outro’, a sociedade se emociona e sua palavra de ordem é a união (Ibidem, p.95).”

O fato de a morte ser considerado um assunto tabu na sociedade ocidental capitalista está ligado, não apenas, pelo o interesse da classe dominante (burguesia) de manter seus privilégios. Por ser um tabu, há um temor. Rodrigues afirma que:

Essencialmente, diríamos que todo poder, para se exercer, exige que seus súditos apresentem **simultaneamente**²¹ um certo temor e uma certa intrepidez em relação à morte. Como temerosos da morte, os indivíduos subordinados preferem a vida e, conseqüentemente, a situação de dominados, que faz parte das condições de vida que o poder lhes oferece. Como destemidos diante da morte, os dominados podem ser soldados à disposição do poder, oferecer-lhe suas vidas, enfrentando aqueles que não aceitam as condições de vida que o poder impõe.

Ambos os lados são necessários ao funcionamento do poder: medo e coragem. Todavia, quando o poder desenvolve outros meios de se exercer, quando, como na sociedade industrial moderna, os recursos tecnológicos lhe permitem abrir mão de que os indivíduos sejam ‘soldados’, o poder passa a incutir em seus súditos o medo extremo da morte e a obrigá-los a ver na vida o valor supremo: ela passa a ser preferível a tudo, qualquer que seja a sua qualidade e dignidade (Ibidem, p.111).

Com efeito, podemos especular sobre a rejeição pela Igreja Católica que sofrem aqueles indivíduos que cometem suicídio. Ao cometer um suicídio, a crença católica afirma que esta alma não poderá ser salva, estará no mundo das almas perdidas por ter cometido um pecado grave. Tal procedimento visa o controle ideológico através da aceitação ou não da morte dos católicos.

Diz Rodrigues que “o controle da morte pelo poder se mostra também em uma espécie de seletividade na passagem para o mundo do além: a vida no outro mundo dependerá do comportamento que os indivíduos observem no mundo terreno (Ibidem, p.101).” Se todos aqueles que estão insatisfeitos com sua vida decidissem se suicidar para chegar logo ao Reino de Deus (como afirma o Cristianismo), o rebanho de fiéis poderia diminuir em uma proporção enorme, deixando a possibilidade do fim da religião cristã, já que o objetivo dela é salvar todas as almas, conduzindo-as à morada de Deus. Se ao morrer de suicídio todos fossem perdoados, e ingressariam ao Reino de Deus, para quê viver em

²¹ O grifo é do autor.

um mundo tão vil, com tamanhas crueldades, tristezas? Pois, a Igreja Cristã precisou estabelecer um controle social, através do poder ideológico, ao afirmar que aqueles que morrem por suicídio não possuem possibilidade de salvação.

Rodrigues diz que “o interesse do poder pela vida dos homens é também apropriação da morte deles. Poder algum admite a liberdade de suicídio. Vê nela uma afronta perigosa e intolerável: a vida e a morte do escravo pertencem ao senhor (Ibidem, p.107).” O suicídio subverte a relação de poder, por isso raramente é tolerado.

3.1 Aproximação entre a representação da morte e a dominância ideológica

O sociólogo Emilié Durkheim, usando o termo “representações coletivas” com o mesmo sentido de representações sociais, mostra que é por meio da referência às categorias de pensamento que determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza.

Algumas representações sociais são mais abrangentes em termos de sociedade como um todo, tal como a morte o é, e revelam a visão de mundo de determinada época. São sempre, esta visão de mundo, as concepções das classes dominantes dentro da história de uma sociedade.

Como vimos anteriormente, a morte é um fato social total, que estará sempre presente em toda sociedade humana. Sendo ela, então, um fato social, ela é uma idéia que é reproduzida pela consciência coletiva²², de forma a reproduzir um mesmo valor, padronizando os indivíduos a um mesmo pensamento e ação, à uma práxis²³.

²² O termo consciência coletiva aqui empregado refere-se ao conceito homônimo que Emilié Durkheim utiliza no seu livro *As Regras do Método Sociológico*. O conceito refere-se a um sistema determinado de vida própria, com um conjunto de crenças, valores comuns entre os indivíduos de uma mesma sociedade. Não é um somatório das consciências individuais, é uma consciência já reinante, que opera nas consciências particulares, formulando um padrão de conduta e de pensamento.

²³ O conceito de práxis foi proposto inicialmente por Karl Marx, que pode ser entendido como uma prática articulado à teoria, prática desenvolvida com e através de abstrações de pensamento, como busca de compreensão mais consistente e conseqüente da autoridade prática. Já o filósofo Antonio Gramsci renovou o

Phillipe Ariès, em *O Homem Perante a Morte – II*, nos traz esta idéia da morte ser um fato social e público:

Todas as mudanças que modificaram as atitudes perante a morte durante um milênio não alteraram essa imagem fundamental, nem a relação permanente entre a morte e a sociedade: a morte sempre foi um fato social e público. Ainda o é hoje em amplas regiões do Ocidente latino, e não é seguro que este modelo tradicional esteja condenado a desaparecer. Mas já não tem o caráter de generalidade absolutamente que fora o seu, fossem quais fossem a religião e a cultura. Um tipo absolutamente novo de morrer apareceu no século XX, em algumas das zonas mais industrializadas, mais urbanizadas, mais tecnicamente avançadas, do mundo ocidental, e sem dúvida só vimos a primeira idade (1977, p.310).

O que Ariès quer dizer é que com o aumento da troca de informações no mundo no século XX, houve uma globalização cultural. Por globalização cultural entendamos por troca de valores simbólicos de diversas partes do mundo. Assim, o modo de morrer do Ocidente passou a ser veiculado na África, a idéia da morte do Oriente chegou ao Ocidente.

Como exemplo disto, Enéias Roncarati, em sua tese de mestrado, afirma que

são distintas as formulações da concepção da morte no Ocidente e no Oriente, em função de serem igualmente distintos os resultados da experiência humana, em termos da criação de relações de significados, nos campos determinantes da filosofia e religião de ambos os sistemas culturais (2002, p.65).

A concepção de morte no Ocidente passa, inegavelmente, pela ação da Igreja Cristã, que:

mantém inalterada através dos séculos de sua existência a elaboração ocidental da morte, que foi introduzida na existência humana, conforme os cânones católicos, como resultado da desobediência dos primeiros seres criados por Deus, Adão e Eva, na conhecida passagem bíblica do pecado original que causa a expulsão do paraíso (Ibidem, p.74).

A partir do momento que os primeiros seres criados desobedeceram a Deus, a noção de culpa infligiu o ser humano, pois Adão e Eva perderam o caráter imortal que tinham, passando a serem mortais, ou seja: sendo passíveis da morte. Desta maneira, a noção de culpa está intrinsecamente ligada ao fenômeno da morte na concepção cristã.

Ainda, com efeito, a Igreja Cristã postula que a imortalidade, isto é, o salvamento da alma, poderá ser conquistado no Dia do Juízo Final, através da redenção total do pecado. Desta maneira, a Igreja Cristã restabelece a idéia da vida depois da morte, sendo esta uma idéia coercitiva na sociedade ocidental.

Tal idéia é coercitiva na sociedade ocidental pelo o fato do Cristianismo ter crescido ao mesmo tempo em que estas sociedades tomassem o poder econômico hegemônico do mundo. Desta maneira, os princípios cristãos foram sendo moldados ao de diversas culturas ocidentais, de forma que estejam laicizados, tão impregnados que nem se permite a uma reflexão crítica.

Essa ação de tais princípios cristãos serem introjetados nas consciências individuais sem alarde fez com que procurássemos pesquisar melhor. Para tanto, a leitura de Louis Althusser, no livro *Aparelhos Ideológicos de Estado*, serviu de grande, e valorosa valia.

Althusser afirma que uma infinidade de instituições apresenta-se dentro de toda sociedade humana, a fim de introduzir inconscientemente, ou mesmo conscientemente, princípios e valores da classe dominante desta sociedade. Assim, “designamos pelo nome de Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas (1985, p.68).”

Estes Aparelhos Ideológicos de Estado não usam de violência física para serem consolidados, e sim através da ideologia. A Igreja, como falamos acima, é um destes Aparelhos Ideológicos de Estado, já que ela produz uma realidade simbólica na cultura através de sua ideologia. Por ser uma instituição religiosa, que opera por padronizar comportamento, pensamento e moral, a Igreja é um dos Aparelhos Ideológicos de Estado mais importantes,²⁴ que muitas vezes as pessoas nem se dão conta da ação ideológica que ela incita inconscientemente neles.

²⁴ Para Althusser, a Igreja fora antes das Revoluções Burgueses o Aparelho Ideológico de Estado dominante: “De fato, a Igreja foi substituída pela Escola em seu papel de Aparelho Ideológico de Estado dominante. Ela forma com a Família um par, assim como outrora a Igreja o era (ALTHUSSER. 1985, p.81)”.

O importante estudo de Althusser sobre os aparelhos ideológicos de Estado será ainda retomado neste trabalho no seu devido momento.

Enéias Roncarati afirma também que no Ocidente já se perdeu muito das idéias cristãs, ou mesmo de outras religiões. Enquanto que no Oriente isto não aconteceu:

A crença numa vida posterior é parte integrante de nossa tradição religiosa. Entretanto, para o ocidental sofisticado, a religião perdeu muito de seu significado e vitalidade originais. As culturas não ocidentais, porém, conservam o poder revelador original das cosmologias, dos sistemas religiosos e das filosofias, nas quais a morte não é considerada como o fim absoluto da existência, mas sim, e uma vez transposta a barreira da morte biológica, o meio de acesso a um universo no qual a consciência e outra forma de vida – distinta da mera vida física – têm continuidade e desenvolvimento (2002, p.79).

José Luiz de Souza Maranhão, em *O que é a Morte?*, destaca que “a reflexão sobre a morte é uma reflexão sobre a vida. Não é possível analisar o sentido da vida sem se deparar com o problema do sentido da morte e vice-versa (1986, p.63).” Uma reflexão sobre a vida não é somente uma reflexão da vida individual, mas sim da vida coletiva.

Nesta luta de classes, a classe dominante apropriou a morte pelo poder ideológico. Assim, ela procura, através da ideologia, manter com a morte a ordem da sociedade que ela domina. Para explicar melhor:

Uma vez promovidos à ancestralidade, os mortos passam a **guardiães da lei social, a preservadores da ordem política**: lá do alto, de longe, de perto, não importa onde, os ancestrais vêm, vigiam, aconselham, protegem, castigam, intervêm nos conflitos que se verificam entre os homens, exercem influência sobre a sorte, sobre o resultado das caças, das guerras, das colheitas. Aqueles que representam a **tradição, a norma, o poder** enfim – os pais e os anciãos – levam consigo suas funções para o reino dos mortos e de lá continuam a co-governar. **A aliança entre o aqui e o além beneficia o aqui e especialmente aqueles que aqui são beneficiados** (Ibidem, p.103).²⁵

Desta maneira, podemos ver o quanto que o poder ideológico, através da representação da morte, representa uma manutenção de privilégios de classes, o quanto representa uma tentativa de não permitir uma ruptura sócio-política na sociedade.

²⁵ O grifo é meu.

A força do controle ideológico que a classe dominante exerce sobre os dominados será analisado depois, através do conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado de Louis Althusser.

As sociedades ocidentais capitalistas modernas surgiram após a eclosão da Revolução Francesa, em 1789. A partir dali a classe burguesa passou a ter o domínio dos meios de produção, passando a ter um controle sócio-econômico, além do político já conquistado. Desta maneira, a burguesia teve que utilizar métodos para manter seu estado de dominante. Métodos como a desvalorização do engajamento político foram usados de forma a diminuir o senso crítico das massas.

A sociedade moderna ocidental, entendida também sob a forma de civilização ocidental, é uma sociedade baseada na acumulação de bens, de consumo, com exaltação do individualismo. Como já vimos, o homem é considerado como um produto, uma mercadoria. Também é visto como produtor e consumidor. Dessa forma, temos que os velhos, idosos, são vistos com pouco valor. Por não poderem produzir de forma adequada ao que pede a sociedade moderna, o velho costuma ser deixado de lado. A civilização ocidental também preparou o terreno para que o homem fosse alienado.

A atitude mais comum do homem ocidental perante a vida é de desprezo pela a vida, já que vê a sociedade como uma sociedade mortífera. Já sua atitude frente a morte é de angústia mais ou menos reprimida, e ainda de negação. Não há uma pedagogia da morte.

A aquisição do poder político por uma nova classe social fez com que os valores, idéias, convicções dela, a burguesia, fossem então reunidas sob a égide do Estado Burguês, para ser passada como ideologia para todos os indivíduos do Estado.

Gabriel Collares Barbosa, em *Jornalismo, Espetáculo e Desvio*, tese de doutorado na Escola de Comunicação da UFRJ, traça um estudo da palavra ideologia, que nos é bastante pertinente:

A raiz da palavra ideologia vem do grego “Idea”, que significa representação mental de uma coisa concreta ou abstrata. O vocábulo foi criado na Revolução Francesa, pelo filósofo Destutt de Tracy, autor da obra “Elementos de Ideologia”, para designar uma disciplina filosófica que deveria ser o fundamento das demais ciências. Marx desenvolveu o conceito de ideologia a partir de três componentes básicos: um sistema de pensamento, ou seja, a maneira de conceber o mundo sobre aspectos naturais e, sobretudo, sociais; a impossibilidade

deste conjunto de idéias ser compreendido como produto e reflexo de uma sociedade uma vez que a ideologia, enquanto “visão de mundo”, expressa os interesses, a atividade e o papel histórico dos grupos e classes sociais de forma distorcida, parcial ou obscura; por fim, o fato de que a ideologia não consiste em um sistema de pensamento neutro ou inócuo pois tem como meta legitimar, justificar e colaborar com a manutenção da ordem social existente, ou no caso das ideologias críticas, desvelar e contribuir para sua mudança.

Ainda segundo o sociólogo alemão, trata-se de uma reunião de idéias e conceitos concernentes à determinada classe social – há, portanto, a ideologia da burguesia e a do proletariado. Ela nomeia o conjunto das convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociais e políticas, relacionadas com a situação social de seus representantes dentro da sociedade.

Outra definição de ideologia corresponde a uma forma de consciência da realidade, parcial, ilusória e enganadora que se baseia na criação de conceitos e preconceitos como instrumentos de dominação. Ela designa os sistemas de idéias que elaboram uma compreensão da realidade para ocultar ou dissimular o domínio de um grupo sobre o outro (CHAUÍ, Marilena apud. BARBOSA. 2004, p. 34-35).

Ideologia²⁶ se apresenta, então, como um dos principais elementos de transformação e reprodução das relações de produção de uma dada formação social, sendo assim sendo feita de práticas. Partimos, pois, da definição que Louis Althusser propõe de ideologia, em que a entende como um conjunto de representações e práticas de comportamento. Althusser entende as manifestações discursivas como elementos de transmissão e de formulação das práticas ideológicas.

Jean Ziegler afirma que “a morte (...) como qualquer campo da práxis humana, sofre profunda influência das ideologias e das lutas de classes (1977, p.132).”

Vamos ficar com este autor, que pode nos contar melhor este domínio ideológico burguês que está contido na idéia da morte nas sociedades capitalistas ocidentais modernas. Já na introdução do referido livro, ele diz que:

Percebi, confusamente a princípio, depois de modo cada vez mais claro, que me encontrava, como milhões de outros, em face do problema da morte, vítima de uma nítida estratégia social, aquela que exerce em todos os planos da atividade humana, inclusive a do pensamento, a classe dominante, com a finalidade de conservar seus privilégios. Esta classe inflige a milhões de seres sofrimentos que transformam o nosso planeta num matadouro. Descobri que entre todas as suas armas de exploração, a mais eficaz, a mais insidiosa, a menos

²⁶ No próximo capítulo falaremos mais sobre a questão da ideologia com a leitura de Karl Marx.

reconhecível era a violência simbólica, isto é, o conjunto de imagens e representações que esta classe produz para seu uso e impõe às classes dependentes. Ora, esta violência simbólica, que sob a aparência de uma cultura universal incontestável permite aos que exercem garantir a permanência de seus privilégios e domínio político, econômico e social sobre a multidão, agindo em sintonia com os outros meios de exploração, reduziu o homem de hoje – em sua vida em face da morte – a sua simples funcionalidade mercantil (1977, p.13).

Aqui podemos retomar o ponto em que José Luiz de Souza Maranhão diz que o estado de não-produção, de não-consumação do homem acaba por fazer com que a sociedade realiza uma “coisificação” do homem, ou seja, o homem transforma o homem como seu objeto.

Essa redução do homem como objeto por parte da estratégia envolvida neste sistema econômico, político, social do capitalismo contemporâneo faz com que o homem se torne uma mera e simples funcionalidade mercantil. O homem passa a ter a sua vida desvalorizada, a ter a sua liberdade ainda mais confiscada, pois o que mais se espera do homem nesta sociedade mercantil é a sua capacidade de produzir e consumir, caso ele não esteja apto para tais capacidades, será marginalizado, isto é, estará à margem do sistema capitalista.

Ao ter a sua vida desvalorizada, a sociedade capitalista mercantil faz do indivíduo que nela está marginalizado um exemplo do que não se deve fazer. Procura assim, marginalizar uns para educar outros de forma contrária. Com efeito, esta educação consiste em reproduzir homens à semelhança daqueles que a classe dominante desta sociedade precisa ter para se manter no topo da pirâmide social: homens dominados, homens alienados.

O advento da sociedade capitalista mercantil significa mais e além de uma etapa nova na sucessão das formas de sociedade no tempo. **Marca uma ruptura de civilização.**²⁷ Silenciando sobre o acontecimento tanático, privando o homem da escolha da sua morte, mascarando-lhe a agonia e recusando *status* ao moribundo, o sistema capitalista destrói o homem no seu ser (Ibidem, p.307).

Ao destruir o homem no seu ser, a sociedade capitalista ocidental procura proteger sua classe dominante, impondo ao homem traços mercantis que protelam a permanência do

²⁷ O grifo é do autor.

sistema capitalista. O fato de a morte ser um assunto contido, de tal forma que vire um tabu, faz com que o homem tenha medo de seu perecimento. Jean Ziegler afirma então que:

O tabu que a sociedade capitalista mercantil impõe à morte é apenas um aspecto de uma estratégia de ocultamento mais vasta – é a estratégia cultural que a classe dominante põe em ação para salvar, mascarar e reforçar o sistema de desigualdade que favorece (Ibidem, p.16).

Mais à frente, o autor francês de *Os Vivos e a Morte* indica que a morte possui representações, de tal forma que:

A imagem da morte, as representações que os homens dela fazem para si mesmos são necessariamente de origem social, e por tanto investidas, trabalhadas, petrificadas pela experiência de idade, classe, região, clima, cultura, luta e utopia. A imagem da morte é uma imagem estratificada (Ibidem, p.135).

O que podemos entender é que a morte possui representações sociais que estão associadas diretamente à sociedade em que ela está inserida. Ao estar submersa em tal sociedade, a morte irá ser representada socialmente através da forma que a classe dirigente propor, já que esta classe social procura se manter como tal.

Esta forma de controle adotada pela minoria detentora do poder foi descrita por Norberto Bobbio, intelectual italiano do século XX, no *Dicionário de Política*, em seu verbete sobre a Teoria das Elites, formulado por Gaetano Mosca “se entende a teoria segundo a qual, em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privado (2000, p.385).”

As formas de poder mais importantes são, notoriamente, a econômica, a política e a ideológica. Assim, a Teoria das Elites nasceu e se desenvolveu com uma clara relação entre todas as formas de poder (econômico, ideológico e político). Salienta que, em cada sociedade, o poder político, econômico e ideológico está nas mãos da minoria, pertencendo sempre a um grupo restrito de pessoas que podem tomar e impor decisões válidas para todos os membros da sociedade.

Esta minoria passa então a representar valores, conceitos para a maioria, de forma que este seja um mecanismo de controle social, além de reprodução dos mesmos valores, para salvaguardar seus privilégios e interesses de classe. Essa representação social é atribuída por um grupo social, que se identifica, percebe-se, alia-se através dela, procurando influenciar – isto é, fazer uma coação – aos indivíduos fora do grupo social situado.

Assim, cada indivíduo de uma dada sociedade de diferentes grupos sociais terá vivido uma vida inteira com uma figura empírica de morte, que determinado grupo social (elite) formula para manter a coesão da sociedade e seu próprio poder social.

Por representar valores, podemos vir a usar o entendimento que Durkheim dá por representação social ou representação coletiva. Tal termo procurava enfatizar a especificidade e a primazia do pensamento social em relação ao pensamento individual. Como já dito antes, a representação coletiva não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, pois ela é também uma realidade que se impõe a eles.

Durkheim mostra que as formas coletivas de agir ou pensar são mais do que uma realidade fora dos indivíduos, já que tem estas formas coletivas têm uma existência própria. Sendo assim, essa existência é percebida pelos indivíduos, que já a encontram formadas.

Ao procurarmos uma representação da morte no modelo jornalístico do Ocidente, temos que ter em mente a idéia de que ela é um fato concreto na vida de cada um e de todos, como já estudamos, a morte é um fato social total, que além do mais, é vista de diversas maneiras, de diversas perspectivas, em que pese a influência das religiões e crenças neste processo.

Processo este pelo qual uma representação social é um modo de pensamento sempre ligado à ação, à conduta individual e coletiva, uma vez que ela cria ao mesmo tempo as categorias cognitivas e as relações de sentido que são exigidas. Assim, o pensamento coletivo passa a enfatizar um determinado valor escolhido pelo grupo social dominante. Dessa forma, a estrutura social vem a ser consolidada cada vez mais enquanto este processo tiver forças de coagir através de idéias protetoras da elite frente aos indivíduos exteriores a ela.

José Carlos Rodrigues afirma que “a morte de um indivíduo é a ocasião em que o grupo, no mais amplo sentido do termo, produz a sua reprodução, tanto nos planos cultural, simbólico e ideológico, como no plano das estruturas sócio-econômicas (1983, p.21).”

Mas a morte também é representada socialmente na forma do fazer jornalístico. É quanto a esta representação propriamente dita que este trabalho procurará estudar e destrinchar no próximo capítulo. Veremos que a representação que é feita à morte deriva da própria representação social da elite das sociedades capitalistas ocidentais. Tal fato se deve aos meios de informação tradicionais²⁸ estarem nas mãos da classe social dominante.

Gabriel Collares Barbosa afirma que:

Guardadas as devidas contingências históricas, políticas e econômicas, percebemos que hoje também vivemos sob a égide do jornalismo como instrumento de propagação do ideário burguês na medida que são as elites que detêm os meios de produção e a mais valia. Falar de elite aí nada mais é do que designar aqueles instamentos²⁹ sociais com acesso a mecanismos que lhes garantem o exercício de poder. Assim, são as elites que possuem, nos Estados Nacionais, o controle direto da mídia e moldam o discurso desta de acordo com suas necessidades (2004, p.10-11).

Como exemplo público e notório disto, temos no Brasil menos de uma dezena de famílias controlando a televisão brasileira, através de seus canais de sinal aberto. São os donos do meio de comunicação através, principalmente, da televisão. Por estar bem concentrado, a possibilidade de aliança entre estas famílias com o poder político se faz fácil. O que provoca, entre outras coisas, a representação social de temas interessantes à eles, que são representações de sua classe, a classe dominante, a elite econômica e política de tais sociedades capitalistas ocidentais. Jean Ziegler afirma, categoricamente, que:

As imagens da morte no Ocidente são imagens de classe. Contudo, a classe capitalista dominante procura impor às classes que ela domina as suas próprias imagens do que é real. Tais imagens procedem de uma estratégia social precisa; a classe dominante utiliza-se como uma violência simbólica, como armas de persuasão, de influência, de mentira, em suma, de domínio. Ela elimina as imagens que não servem

²⁸ Isto é, os meios de difusão coletiva como o rádio, a televisão, o jornal impresso, excetuando a internet pelo o fato dela propiciar uma maior facilidade de acesso e transmissão jornalísticos, por ser menos dispendioso que os tradicionais meios de difusão coletiva.

²⁹ Creio que o autor digitou errada esta palavra. Creio que a palavra certa seria “estamentos”.

para esta estratégia e a que se arriscariam a pôr em dúvida a sua prática de dominação (1977, p.136).

Essa violência simbólica ainda será estudada no próximo capítulo, mas antes vamos estudar como a morte é representada no discurso jornalístico.

4. A Morte no Discurso Jornalístico

O presente capítulo não pretende fazer um estudo na linha analítica de pesquisa de jornais, através de sua leitura crítica. Mesmo esta dissertação não tem por intuito fazer um estudo de caso. O que se pretende é abordar a hipótese de que a morte é representada no discurso jornalístico como a mesma maneira que é na sociedade.

De acordo com Elias Machado Gonçalves, em sua tese de mestrado *A Dialética do Discurso Jornalístico*, o jornalismo aparece para satisfazer a necessidade mercantil de classes mercantis, como a burguesia propriamente. Ele vai se desenvolvendo para atender às demandas burguesas, mas ainda “não estava vinculado ideologicamente à classe dominante. Ao contrário, o desenvolvimento do jornalismo estava associado à expansão da burguesia como classe (1992, p.11-12).”

Temos em Gonçalves que o discurso jornalístico se dá por um discurso referencial, já que constrói socialmente a notícia a partir de um referencial, pois se faz de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação. Assim:

O descarte da caracterização da linguagem jornalística não quer dizer que o discurso jornalístico não parta de um referente concreto existente no mundo real. Muito pelo contrário, o jornalismo parte sim de uma realidade objetiva (referente) mas ocorre que o real assume determinada feição conforme os óculos sociais de cada cultura, isto é, não passa de uma construção social (Ibidem, p.36).

Também o discurso jornalístico se faz, ainda, não fora da realidade e do tempo histórico. Por estar atrelado a um tempo histórico e a uma realidade, o discurso jornalístico está ligado aos compromissos ideológicos.

O conceito de ideologia é bastante trabalhado por Karl Marx, portanto trabalharemos sobre a perspectiva marxista. Juntamente com Friedrich Engels, Marx escrevem em *A Ideologia Alemã* que:

Em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura; tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico. As idéias da classe

dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas (...) as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante são as idéias de sua dominação (1998, p.27).

Como podemos ver, a ideologia, no conceito marxista, é uma forma de dominação, a partir de uma falsa consciência, onde se coisificam certas representações da classe dominante como sendo a verdadeira (e única) realidade. Esse processo legitima as condições existentes em uma determinada sociedade, em um período histórico determinado. Produz-se uma forma de alienação da consciência humana de sua situação real de existência.

Marx e Engels fazem com que a palavra ideologia não designe somente um conjunto de representações, mas traduz uma ilusão e uma mistificação: a ilusão da verdade e a mistificação produzida pelas idéias da classe dominante.

Além de procurar fixar o seu modo de sociabilidade por meio de instituições determinadas, os homens produzem idéias ou representações pelas quais procuram compreender e explicar sua própria vida individual, social e suas relações. Essas idéias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real por intermédio do qual suas relações sociais foram produzidas, assim como a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.

Sabendo que Karl Marx afirma que as crenças religiosas, filosóficas, políticas e morais dependiam das relações de produção - na forma como essas se constituem em cada fase da história econômica - e que é o ser social que determina a consciência social, a atividade material, produtiva e a forma como os homens se relacionam com a natureza por meio de trabalho é o alicerce de toda a organização social.

Com efeito, o sistema econômico, segundo a perspectiva marxista, é a base sobre a qual se ergue todo o edifício da sociedade; as relações de produção constituem o fundamento das instituições jurídicas e políticas e das ideologias ou formas de consciência social. Logo, segundo Karl Marx, cada modo de produção gera uma superestrutura que lhe

é correspondente e que não é mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes.

O jornalismo, então, através de seu discurso continua a ser um processo social cheio de implicações políticas em que a expressão ideológica é determinante. Para Gonçalves, qualquer construção jornalística sempre será ideológica por conta do pressuposto ontológico de constituição do real, mundo. Tendo esse elemento ideológico, então terá sempre o discurso jornalístico conteúdos explícitos e implícitos daqueles que o fazem e se servem dele: a elite dominante da sociedade.

Christa Berger crê que o discurso jornalístico se mostra um revelador da sociedade contemporânea, de forma que o jornal deve ser compreendido como um “sujeito semiótico complexo”, conceito de Eric Landowski³⁰.

Berger também afirma que é necessário conhecer a exata noção de linguagem para se esclarecer o discurso jornalístico. Para ela, a linguagem tem um “poder de constituir (e não de descrever) aquilo que é por ela representado (1996, p.189).” A atividade jornalística, então, mostra-se como um processo de produção de sentido, e ainda, como um sistema de codificação e de construção do real, como Fausto Neto mostra em *Mortes em Derrapagem*. Assim, a linguagem no discurso jornalístico mostra-se como um processo produtivo, que acaba por constituir realidades sociais. Tais construções de realidades sociais são, em muitos casos, vinculadas à ideologia dominante.

Para tanto, podemos usar o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu para representar melhor esta idéia. Poder simbólico surge como todo o poder que consegue impor significações e impô-las como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. É, antes de tudo, um poder invisível, “o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU. 1998, p.8-9).”

Para Bourdieu, a luta de classes se torna uma luta pelo domínio deste poder simbólico. As ideologias são determinadas pelos interesses de classe, logo são inerentes ao poder simbólico.

³⁰ LANDOWSKI, Eric. *A Sociedade Refletida*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

Com efeito, a representação dada à morte no jornalismo está atrelada à dominância ideológica. Vimos que a elite da sociedade postula significados a diversos temas (um dos quais a morte) que procuram manter a sua posição de classe dominante. Assim, a burguesia mantém-se nesta posição não apenas pelos fatores estruturais políticos, mas, ao mesmo tempo, também por táticas simbólicas utilizadas no campo da comunicação.

Estas táticas contribuem para a formação de processos discursivos e simbólicos que criam e atualizam noções de realidade na sociedade capitalista moderna. Tais processos fundam-se com o objetivo de reproduzir continuamente a representação social de muitos elementos na consciência coletiva da sociedade.

Antônio Fausto Neto, em *Mortes em derrapagem*, fala que é a partir do campo da comunicação social que se estabelece e articulam as compreensões e os processos de interação social, e que “este campo se destaca como agente que, dispondo de regras e poderes específicos, dá conta de operar a própria construção dos sistemas de representações (1991, p.13).”

A representação social que estudamos nesta dissertação é a da morte. Mostrou-se, neste estudo, que a morte possui uma representação social em todos os momentos da vida humana, e que esta representação está subordinada às idéias e interesses da classe dominante de todo grupo social. Além do mais, vimos que a morte é um dos elementos que contribuem para a coesão social das sociedades humanas, já que faz sobre ela uma tentativa de controle sócio-estrutural da sociedade através de aparelhos ideológicos do Estado, e certamente os jornais são um deles, como veremos ainda neste capítulo.

Por ser um acontecimento que se faz presente em todos os dias, a morte está presente na comunicação, no jornalismo. Sabemos que todo jornal é dividido em editorias, tais como Editoria do País, da Cidade, do Esporte, Política, Policial... A morte se faz presente em todas por ser um fato social total. Dessa maneira, poderíamos fazer um estudo aprofundado sobre como a morte é representada em cada editoria. Mas este não é o objetivo deste estudo. Quem quiser estudar este aprofundamento deve ler a tese de mestrado de Enéias Roncarati. Veremos que o referido autor tipifica a abordagem da morte na mídia impressa em: 1, Mortes em Geral; 2, Morte de Famosos; 3, Obras/Realizações dos Falecidos; 4, Notícia de Doença Grave ou Incurável; 5, A Morte Enfocada em Artigos

Assinados, Colunas e Editoriais de Opinião Pública; 6, Obituário; 7, A Morte Retratada no Jornal do Século.³¹

Ainda neste assunto, podemos notar que Fausto Neto corrobora o que falamos através da seguinte afirmação:

A comunicação de massa, através de suas leis próprias, diariamente fala, entre outros significantes, da morte. A morte, este limite que assola o sujeito, através de vários procedimentos, comparece na mídia – e por ela é mostrada – segundo as embalagens próprias das hierarquias editoriais, que tratam de subordinar a morte singular do sujeito, no esquema padrão, à *causa mortis* do jornal (Ibidem, p.14).

A maneira pela qual a morte aparece na mídia reflete a maneira pela qual a sociedade quer que a vejamos, por ser a sua própria representação, e ainda reflete a maneira que a elite governante quer que os dominados a vejam. Antônio Fausto Neto afirma, com bastante precisão, que:

A mídia sofre as ‘injunções’ da diferenciação social que marca os sujeitos na vida e na morte. Ao mesmo tempo que ela ‘espelha’ tais diferenciações, orquestrando rituais e poderes que tratam de agudizar a penúria das relações sociais, ela também cria suas hierarquias, para tratar e, finalmente, construir a morte de seres humanos socialmente diferentes. Além de constituir a morte um dos eixos do discurso da atualidade, a mídia dá vigor à regras de funcionamento do simbólico social (...) modelando o imprevisto ou o ‘anormal’ das regras que tratam de semantizar a morte de várias maneiras particulares (Ibidem, p.15).

Além de vir a ser uma mercadoria na forma de informação que pode ser embutida em todas as editoriais do jornal, a morte também é disposta no jornal com a hierarquia social que o falecido possui. Milton Pelegrini, em *Folha de São Paulo: A Morte Informada*, diz que:

É inegável que a representação da morte (re)produz níveis de significação que variam de acordo com a sociedade para qual

³¹ RONCARATI, Enéias. *Representações do fim da vida na cultura contemporânea: Um estudo da morte no discurso da mídia impressa nacional*. Orientador: Prof. Dr. José Amaral Argolo. Rio de Janeiro, agosto de 2002: Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

simbolicamente está destinada. Isso implica numa construção de elementos culturais que mais ou menos reproduzam determinados modelos de relações sociais. No jornal, a notícia da morte vem embalada em linguagens construídas num espaço delimitado (1992, p.21).

O que se quer dizer é que, dependendo do morto, o espaço para a notícia da sua morte será maior ou menor, em uma relação diretamente proporcional à sua condição social. A morte do Papa João Paulo II fez com que ele tivesse seu falecimento anunciado em diversas editorias, em diversas páginas, em diversos programas de televisão, devido a sua representatividade para o mundo católico, e mesmo como Chefe de Estado do Vaticano.

Manuel Bandeira, em *Poema tirado de uma notícia de jornal*, nos mostrará como também a morte de alguém desconhecido é anunciada, sem o mesmo alarde do conhecido. Também nos mostra uma forma pela qual esta morte é retratada no jornal: banal. Eis o poema:

João Gostoso era carregador de feira-livre e morava no morro da
Babilônia num barracão sem número
Uma noite ele chegou no bar Vinte de Novembro
Bebeu
Cantou
Dançou
Depois se atirou na Lagoa Rodrigo de Freitas e morreu afogado (1970,
p.197).

Nota-se que um dos imortais da Academia Brasileira de Letras³², que ocupou a 24ª cadeira, inspirado pelo Modernismo, então na sua Primeira Fase³³, escreveu um poema que, tirando a análise que a literatura nos faria, mostra o quanto a morte é banalizada pelo discurso jornalístico.

Por trazer em si a representação social que a morte tem na consciência coletiva da sociedade, o discurso jornalístico também contribui para o controle ideológico que são submetidos os indivíduos desta sociedade. Assim, o discurso jornalístico serve de suporte para a continuidade da dominância de um grupo social sobre os demais.

³² A Academia Brasileira de Letras foi fundada no fim do século XIX e o seu primeiro presidente foi Machado de Assis. A ABL, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional.

³³ Segundo José de Nicola, em *Literatura Brasileira - Das origens aos nossos dias*, a primeira fase do Modernismo se estende de 1922 a 1930.

Assim, para termos uma melhor idéia de como este discurso afeta as representações de morte, temos que:

Se considerarmos que a mídia se constitui numa espécie de mediação de um real (...) temos que a retomada deste real se dá pelo contato que a mídia estabelece com ele, através de processos de linguagem mediante a articulação de operações particulares enunciadas diferenciadamente por cada economia discursiva. Tais operações não só determinam, mas engendram a maneira como os *medias* apontam o seu referente, isto é, o objeto do que falam. Dessa forma, o que resulta dessa operação nada mais é do que uma leitura, esta, enquanto processo de produção de sentido. Portanto, todo fato só circula, isto é, só tem uma vigência, em termos sociais, caso ele seja estruturado pelos sistemas de linguagens (FAUSTO NETO. 1991, p.17).

O que podemos ver é exatamente o que falamos: a seleção das mortes noticiadas pelos jornais, com suas diferentes seleções e critérios, é uma leitura da condição de classe de cada integrante da sociedade. A morte de João Gostoso, personagem de Manuel Bandeira, é noticiada no jornal como a morte de uma pessoa qualquer, que não merece mais referências do que quem é e como se deu a morte. Já a morte de alguém “inserido” na classe social dominante tem mais referências, como contar a história do morto, seus feitos, sua importância. Portanto, há uma cobertura e comoção maior.

Essa constante aparição da morte nas diversas editoriais pode ser explicada por mais apenas do que os argumentos de controle ideológico e da morte ser um acontecimento diário na vida das sociedades humanas. José Carlos Rodrigues, em *O Tabu do Corpo*, nos dá mais uma explicação:

Os nossos jornais relatam e dissecam dezenas de mortes diariamente. A morte estabelece fascínio e é ambicionada mercadoria jornalística (...) O jornal e o cinema fazem reverberar o tabu da morte, vendendo para cada um de nós um sentimento que está reprimido na profundidade de cada alma (1975, p.49).

Além de tratar de um tabu, o discurso jornalístico produz um fascínio. Como explicar este fascínio? Um dos grandes filósofos do último século, o século XX, Michel Foucault, mostra que houve um deslocamento de tabus na sociedade moderna ocidental. Antes, o tabu que existia residia no sexo, enquanto que a morte era encarada de uma forma natural. Após um tempo, já no século XIX e XX, o tabu trocou de pólo: passou a ter um

tabu da morte, enquanto o sexo deixou de ser um assunto tabu, sendo aglutinado por diversos discursos, e mais, tirando da morte esta possibilidade.

Para o filósofo francês, “o sexo bem vale a morte. É neste sentido, estritamente histórico, como se vê, que o sexo hoje em dia é de fato transpassado pelo instinto de morte (1988, p.146).”

Podemos notar então que houve, sim, uma transposição de assuntos aos tabus do homem. Assim como Foucault, José Luiz de Souza Maranhão afirma que a morte foi tornando-se um assunto comedido, ao contrário do sexo. Eis o que ele afirma:

No espaço destas últimas cinco décadas assistimos a um fenômeno curioso na sociedade industrial capitalista: à medida que a interdição em torno do sexo foi relaxando, a morte foi se tornando um tema proibido, uma coisa inominável. A obscenidade não reside mais nas alusões às coisas referentes ao início da vida, mas sim aos fatos relacionados com o seu fim. Uma verdadeira inversão (1986, p.9-10).

Este deslocamento de tabu é confirmado pela:

Permanente popularidade dos filmes de terror e o aparecimento de um novo culto à violência nas produções cinematográficas (...) A morte, não o sexo, é agora o tabu que violamos – a “pornografia da morte” acusa-nos excitação. Aquela predileção para terríveis e cruéis espetáculos pode hoje ser satisfeita como nunca (Ibidem, p.10).

No século que acabou de se findar, o homem passou por um grande processo tecnológico que produziu diversas descobertas científicas, muitas delas que são diretamente atreladas à vida, e assim, também atreladas à morte. A modernidade então fez com que o homem passasse a fustigar, procurar formas de manter sua vida, de retardar sua morte, de, certa forma, controlar a chegada da morte. Hoje, nossa sociedade, dita ocidental, cada vez mais tenta prolongar a vida, não envelhecer, se distanciar da morte, e principalmente não pensar nela, esquecê-la. Com efeito, as religiões tiveram um novo incremento de novas crenças, novas explicações, diminuindo, por exemplo, a quantidade de fiéis da Igreja Católica.

A morte passou a exercer um fascínio no homem da sociedade moderna capitalista ocidental. O discurso jornalístico apenas seguiu esta tendência, ao lado de outros meios de comunicação, como o cinema. Então, de fato:

Esta exaltação da morte nos diários contrastando com a sua silenciosa dissimulação na vida cotidiana, em que ela é banida das conversas, obscurecida por metáforas e escondida das crianças que podem ver os cadáveres empilhados nas telas de cinema e televisão, mas a quem é furtada o conhecimento da realidade da morte em seus círculos familiares, e de quem se afastam os velhos, porque estes seres enrugados, curvados, decrepitos, são capazes de transmitir a idéia de decadência e morte. Quantos jovens viram ou se aproximaram de um cadáver? (RODRIGUES. 1975, p.49).

Apesar de a morte ser um tabu na vida da sociedade contemporânea ocidental, ela é elemento de muita utilização nos meios de comunicação (jornal, cinema, tevê). Ainda assim, a morte emitida como mensagem nesses veículos não traz implicações filosóficas, no modo de questionamentos. O que há é uma emissão midiática da morte em formas explosivas, espetacularizadas ou banais. Da espetacularização passamos a uma banalização da morte.

Tudo o que é demasiadamente mostrado se queima. Despotencia-se, esvazia-se o fato, o novo, o estranho, pelo excesso. No jornalismo a superexposição de pessoas, fatos, acontecimentos, provoca o processo social de queima na medida em que as notícias excessivamente veiculadas tornam-se inócuas, não provocam mais nenhum efeito. Conduzem ao seu total esquecimento onde o excesso é a forma mais insidiosa de extermínio da coisa e de seu total apagamento da memória (MARCONDES FILHO apud. BARBOSA, p.22).

Apesar da pertinência do modo de espetacularizar uma notícia de morte, para então banalizá-la, o presente trabalho seguirá a linha de seu sumário. Para tanto, discutiremos agora a comunicação e o poder.

4.1 Comunicação e Poder

A intenção da representação que é feita pela morte, do tabu que dela somos acometidos, é, de certa forma, obscuro, de difícil descoberta. Mas as evidências já mostradas nesta dissertação indicam que a intenção dessa construção de representação - violenta, dissimulada, cruel, camuflada – refere-se à procura incessante da manutenção dos

interesses econômicos, político e sociais da classe que domina as sociedades modernas capitalistas: a burguesia.

Então, temos que fazer uma relação entre a comunicação e o poder, para que possamos seguir adiante em nossa dissertação sobre a influência da representação da morte no discurso jornalístico para manter a condição de classe dominante à burguesia, à elite econômica da sociedade capitalista ocidental.

Pedrinho A. Guareschi mostra o quão difícil foi para este trabalho atingir o ponto que queria de relacionar a comunicação com o poder: “Pouquíssima vezes se houve falar, ou se encontram estudos, sobre a influência dos meios de comunicação de massa no desenvolvimento e mudança econômica e social dos países (1991, p.11).”

O poder que aqui queremos falar não diz respeito ao “Quarto Poder”, ao poder político que os meios de comunicação podem vir a ter. Não, trata-se do poder ideológico, de uma economia política³⁴ do poder do discurso jornalístico, que como um sistema ideológico (o Aparelho Ideológico do Estado de Informação) que está pronto para proteger interesses da elite dominante, para manter o equilíbrio desta desigualdade política, econômica e social. Trata-se de explicar como a notícia representa-se “imparcial” e “objetiva” como um retrato do mundo em que há ideologias da classe dominante da sociedade, que comanda os principais meios de comunicação. Este sistema ideológico é fundado e operante para reproduzir as relações de produção, ou seja, as relações capitalistas de exploração.

Para Foucault, o poder produz sempre, e toda relação pressupõe poder, não apenas em um pólo, mas no dois ou mais pólos da relação. O poder está em todo lugar, é sempre exercício. Todo discurso é violento, já que todo discurso quer nos impor uma retórica ideológica. Embora seja possível que o mundo exista fora do mundo da retórica, nunca se pode expressar este mundo.

A frase genial de Foucault em *As Palavras e As Coisas* “por mais que se tente dizer o que se vê, o que se vê jamais reside no que se diz (1966, p.25)” nos idiotiza por notarmos que todo discurso não se mostra exatamente numa simbiose entre verdade e realidade com a

³⁴ Por economia política entende-se: “expressão freqüentemente utilizada como sinônimo de economia, para indicar a área de conhecimento que estuda a alocação de recursos e a determinação da atividade econômica agregado (BOTTOMORE. 1988, p.118).”

ausência de ideologia, mas que procura dominar, e é claro que esta é uma dominância ideológica.

Um conceito utilizado por Guareschi muito apropriado para nossa discussão é o do fetichismo do objeto do consumo, de Karl Marx. Para entendermos o uso deste conceito na relação entre comunicação e poder, vamos ler Guareschi:

Numa sociedade capitalista, cada atividade e cada produto participam do mundo e da lógica dos objetos de consumo. A própria imagem que propicia a transmissão do sentido dessa atividade e desse produto ao público é a linguagem do mercador: esta forma de linguagem mercantilista é a forma geral da troca. A atividade e o produto de comunicação não podem ser diferentes e escapar das relações sociais dominantes. A fim de estabelecer a forma mercantilista das comunicações, fazer dessa forma uma atividade **natural**³⁵, isto é, uma atividade que seja realizada sem que os dominados (ou seja, os receptores) suspeitem da identidade dela como sendo um instrumento de dominação, controlado por determinada classe – os meios de comunicação têm de passar através de um processo de fetichização, semelhante àquele a que todas as atividades e produtos estão sujeitas (1991, p.18).

A fetichização quer que o indivíduo não mais identifique algo como sendo imposição de alguém, mas que pense já ser natural. “Para garantir sua legitimidade, o modo capitalista de produção necessita de uma coleção de fetiches que fortifique as razões de sua dominação social (Ibidem, p.18).” Ao fazer de um processo ou fenômeno natural um fetiche o que acontece é creditar à ele uma originalidade natural, uma não-construção social.

Na comunicação, e mais ainda no discurso jornalístico, a fetichização do objeto de consumo (no caso do jornalismo, a notícia, a reportagem) faz com que:

Os meios de comunicação aparecem como entidades presenteadas e possuidoras de autonomia, com suas próprias vontades e sua alma, como determinados epifenômenos que transcendem a sociedade em que eles são inseridos (...) Os meios de comunicação transformam-se em agentes dotados de força própria e suplantam as **forças naturais** que eram o mito de uma sociedade sacral e mítica. Este distanciamento permite à classe dominante abandonar e disfarçar seu papel de possuidor monopolístico desse aparato ideológico, e, por conseguinte, pode assumir o direito de denunciar **a influência perniciosa e desagregadora** ou **o conteúdo vulgar, violento ou pornográfico** das

³⁵ O grifo é do autor.

notícias de rádio, da TV, ou do cinema, escudando-se, dessa maneira, por detrás de seu próprio moralismo (Ibidem, p.18).³⁶

Temos então que essa fetichização no discurso jornalístico procura uma dominação ideológica, de forma que o leitor nem perceba disto, ou seja, é um dominado tão passivo que não possui nenhum sinal de possibilidade de revolta ao que lê. Esse instrumento faz com que a ideologia esteja bastante mascarada para que possa desenvolver uma dominação, de forma que o indivíduo que dela sofre, o receptor do meio de comunicação, seja impregnado por valores com os quais nem se dá conta. “É uma situação de existência que as pessoas vivem, como se fosse uma natureza social, e que é imposta sobre elas por um modo de produção que afeta todas as relações sociais (Ibidem, p.19).”

A fetichização ocorre então na representação da morte, como em muitos outros temas, fazendo com que o receptor dos meios de comunicação a aceite, ora alardeada, ora banalizada.

A explicação para relacionar a morte no jornalismo como ferramenta de manutenção do interesse burguês pode ser explicada também pela frase curta de José Carlos Rodrigues, em *O Tabu do Corpo*, que fala que “atingido em seu princípio mais sagrado, o edifício social corre o risco de desmoronar. Aí está a razão do pavor que a morte inspira (1975, p.58).”

O princípio mais sagrado atingido é a desigualdade que há nas sociedades que faz com que alguns indivíduos tenham privilégios que outros não têm. Ao estar próximo de sua morte, o homem passa a se questionar sobre a sua própria morte e a do outro.

O fato pelo o qual o fim da vida de alguém, que é conhecido (tal como alto mandatário, famosos, autoridade) da sociedade, é noticiado com veemência se dá para manter coesos os diversos grupos sociais da sociedade. Para Rodrigues, “a morte do rei, do governante, ou de qualquer alto mandatário, é normalmente seguida de intenso assombro, pois nele se resume toda a personalidade social (Ibidem, p.58).” O exemplo disto é a morte do Papa João Paulo II.

Mas, ao contrário, a morte daquele indivíduo que não é conhecido, como o personagem “João Gostoso” do poema de Manuel Bandeira, não é noticiada com a mesma

³⁶ O grifo é do autor.

veemência, mas apenas como um acontecimento natural da vida humana, sem maiores referências históricas do falecido.

No momento da morte, configura-se uma sociabilidade entre todos os indivíduos da sociedade, uma união, que precisa ser tomada de cuidados por aqueles que têm privilégios na sociedade, pois a união dos muitos desprivilegiados poderá fazer um levante contra a situação econômica, social e política da sociedade, levando à classe dominante a poder perder e ser esfacelada do poder. Diz Rodrigues que “quando um homem morre, não é apenas uma fração do grupo que foi roubada (...) a própria estrutura social, que se reproduz no organismo também foi afetada (Ibidem, p.58).”

O objetivo do uso da morte no discurso jornalístico é o de não individualizar a morte dos desprivilegiados, tal como é feito com os privilegiados, mas o de agrupá-los como mortes acidentais, procurando fazer com que estes desprivilegiados, até no momento da sua morte, continuem unidos e sem condição de algum engajamento político, de união através da morte, pois, como vimos, todo ritual funerário é um rito de vida. Ele recria, reorganiza o grupo social.

Nas palavras de Louis Vincent Thomas:

Es que la muerte desperta em el plano de la conciencia individual y grupal conjuntos complejos de representaciones (suma de imágenes – reflejo o de fantasías colectivas, juegos de imaginación: sistemas de creencias o valores, enjambre de símbolos) y provoca comportamientos de las masas o dos individuos (actitudes, conductas, ritos), codificados má o menos rigurosamente según los casos, los lugares y los momentos (1993, p.52).³⁷

A propriedade do ritual funerário, feito pelos vivos, que recria, reorganiza a vida coletiva é então perigosa para toda a classe social que está à frente de uma sociedade, pois ao poder recriar, reorganizar, seus privilégios podem ser perdidos.

Assim, a burguesia capitalista das sociedades modernas ocidentais procura reproduzir as relações de dominância através de diversos Aparelhos Ideológicos do Estado, sendo que o da Informação é um deles, e um dos temas que mais o interessa é o da morte.

³⁷ A tradução do espanhol para o português é: “É que a morte desperta no plano da consciência individual e grupal conjuntos complexos de representações (soma de imagens – reflexo ou de fantasias coletivas, jogos de imaginação: sistemas de crenças ou valores, enxame de símbolos) e provoca comportamentos das massas ou dos indivíduos (atitudes, condutas, ritos), codificados mais ou menos rigorosamente segundo os casos, os lugares e os momentos.” A tradução é minha.

Já que o medo da morte foi que fez o homem a criar as sociedades, a viver em grupo, como vimos com Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes.

Com essa diferenciação da notificação da morte entre os indivíduos de uma mesma sociedade, podemos destacar uma frase genial de Jean Ziegler, que diz que “a sociedade expulsou a morte, exceto a dos homens de Estado (1977, p.310).”

Temos, então, que “a sociedade deixa de fazer pausas: o desaparecimento de um indivíduo já não afeta a sua continuidade. Tudo se passa na cidade como se já ninguém morresse (Ibidem, p.310).”

Apenas as mortes daqueles que interessam à classe dominante é que devem ter uma espécie de cerimônia social, um luto oficial, pois são estes falecidos que valorizam e expressam a ideologia da burguesia capitalista, daqueles que tiram proveito da sociedade capitalista moderna.

Com efeito, retomemos as palavras de Ziegler, que afirma que:

Tal como a vida, a morte não é um ato apenas individual. Assim, como cada grande passagem da vida, é celebrada por uma cerimônia sempre mais ou menos solene, que tem por objetivo marcar a solidariedade do indivíduo com a sua linhagem e a sua comunidade (Ibidem, p.360).

A morte que Ziegler fala certamente é a daqueles que favorecidos pela sociedade capitalista moderna, pois são essas que procuram dar um sentido coercitivo e de unificação aos indivíduos da mesma comunidade do morto.

Estudaremos agora a questão da violência simbólica do discurso jornalístico, através da leitura do sociólogo francês Pierre Bourdieu, de Lois Althusser e de Jean Ziegler.

4.2 Violência Simbólica do Discurso Jornalístico

A forma pela qual é representada a morte no discurso jornalístico é por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado, que por meio de uma violência simbólica, se consolidam como os guardiães dos interesses das classes dominantes da sociedade moderna ocidental.

O conceito de violência simbólica foi criado pelo pensador francês Pierre Bourdieu para descrever o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados.

Em *A Reprodução*, Bourdieu, juntamente com o sociólogo Jean-Claude Passeron, partem do princípio de que a cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrário, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural. O sistema simbólico de uma determinada cultura é uma construção social e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através da interiorização da cultura por todos os membros da mesma.

Os sistemas simbólicos são estruturas estruturantes, pois seus diferentes universos simbólicos são tratados como “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos, como formas (...) A objetividade do sentido do mundo define-se pela concordância das subjetividades estruturantes (senso = consenso) (BOURDIEU. 1998, p.8).”

Dessa forma, as produções simbólicas, como o jornalismo, servem como instrumentos de dominação, “as ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo (Ibidem, p.10).”

Os sistemas simbólicos, então, cumprem uma função de assegurar a dominação de uma classe sobre a outra, pois legitimam esta função por serem sistemas estruturados e estruturantes. É essa dominação de uma classe sobre a outra que Bourdieu chama por violência simbólica.

É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (Ibidem, p.14).

A violência simbólica expressa-se na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O

dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável.

Jean Ziegler afirma que:

A violência simbólica priva o homem dependente da consciência do evento tanático, proibindo-lhe servir-se dele para medir a sua vida e pensar no seu destino: o homem, objeto desta violência, é incapaz de integrar a sua morte numa globalidade diversa da funcionalidade mercantil (1977, p.307).

Ziegler mostra que o homem está sofrendo uma violência simbólica ao ser atingida a morte por uma ideologia que faz da morte um acontecimento interdito. Mais à frente, o estudioso francês da morte, arremeta que:

Assim, a sociedade capitalista não só reduziu a morte a um acontecimento “natural”, pobre, privado de sentido, angustiante, cercado de tabus, mas serve-se ainda deste silêncio para dissimular a desigualdade fundamental dos homens diante da morte e portanto da vida. A violência simbólica da sociedade capitalista faz da morte um evento pseudonatural absurdo, encerrando uma existência que ela construiu e julgou segundo seus próprios parâmetros (Ibidem, p.307-308).

Assim, a violência simbólica que se exerce também através do jogo entre os agentes sociais, é exercida em diversos sistemas simbólicos, um dos quais o discurso jornalístico, que passa a reproduzir o poder simbólico que as classes dominantes possuem.

A violência simbólica pode ser exercida por diferentes instituições da sociedade: o Estado, a mídia, a escola, etc. Nesta dissertação procuramos destrinchar de que modo a violência simbólica feita em cima da morte é desenhada no discurso jornalístico.

A mídia é uma destas instituições que faz a violência simbólica. Tal como já falamos no capítulo anterior, a mídia é um Aparelho Ideológico de Estado, conforme Louis Althusser conceituou. Para ele, a mídia (entendendo-se por imprensa, rádio, televisão, etc...) faz parte do Aparelho Ideológico de Estado de Informação.

Para um melhor entendimento da leitura de Althusser, devemos mostrar que o autor trata também do conceito de Aparelho (repressivo) do Estado. Ele enfatiza que os

Aparelhos Ideológicos do Estado não se confundem com este outro conceito. A diferença é que:

Num primeiro momento podemos observar que se existe **um**³⁸ Aparelho (repressivo) do Estado, existe uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos do Estado (...) Num segundo momento, podemos constatar que enquanto que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc, etc, são privadas (1985, p.69).

Tendo diferenciado os dois conceitos que Althusser trata, podemos notar que os Aparelhos Ideológicos do Estado estão nas mãos privadas, e certamente muitos deles, como a mídia, nas mãos da classe dominante. Assim, o discurso jornalístico está permeado por valores e interesses da classe dominante, a burguesia.

Não se trata da idéia de um poder somente dentro do Estado. Mas, sim, a idéia que Michel Foucault formulou, a de que existem diversos “micro-poderes” que se articulam. Abandona-se então a idéia de um centro de poder pela a idéia de uma rede de poder. O jogo do poder está dentro do sistema de substituição e de devoção por meio do qual o Estado e seus aparelhos vivem do exercício dos “micro-poderes” com ramificações dos aparelhos de Estado.

Com efeito, é conclusivo com a leitura de Althusser, adicionada com o entendimento de Foucault, que a classe dominante procura injetar seus interesses de classe através de representações sociais de seus interesses na prática jornalística.

Desta maneira, o termo violência simbólica, de Pierre Bourdieu, ganha força nesta dissertação ao lermos o que Althusser fala sobre a distinção essencial entre o Aparelho (repressivo) do Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado, de forma que:

o que distingue os Aparelhos Ideológicos de Estado do Aparelho (repressivo) do Estado, é, a seguinte diferença fundamental: o Aparelho (repressivo) do Estado “funciona através da violência” ao passo que os Aparelhos Ideológicos do Estado “funcionam através da ideologia” (Ibidem, p.69).

³⁸ O grifo é do autor.

O que Althusser está falando trata-se que os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam usando um discurso ideológico daqueles que estão no seu comando. Este uso, por parte da burguesia capitalista ocidental, procura manter uma dominação política, social e econômica à aqueles que já são dominados.

Com efeito, os Aparelhos Ideológicos do Estado contribuem para a reprodução das relações de produção:

A ideologia da classe dominante não se torna dominante por graça divina, ou pela simples tomada do poder do Estado. É pelo estabelecimento dos Aparelhos Ideológicos do Estado, aonde esta ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante (Ibidem, p.106).

Assim, a representação que se faz da morte está a sempre ser reproduzida pelo o discurso jornalístico, já que este está inserido dentro do Aparelho Ideológico do Estado de Informação, que é controlado pela a burguesia.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu pensa que a comunicação vem a estar consolidada como uma “interação socialmente estruturada”. Aqueles que são agentes da fala entram em comunicação em um campo onde as posições sociais já estão estruturadas.

Renato Ortiz, na coletânea de textos da sociologia de Bourdieu, afirma que:

A sociologia de Bourdieu introduz, assim, junto às relações de interação, a questão do poder (...) Partem daí suas considerações a respeito do ‘direito à palavra’, ou seja, a respeito daqueles que possuem a disponibilidade de exercer um poder sobre outros para quem a palavra foi cassada. A assertiva ‘escutar é crer’ pode ser interpretada da seguinte forma: aqueles que escutam compõem os elementos complementares da comunicação, mas, na medida que a interação implica uma relação de poder, eles representam o pólo dominado, pois não possuem direito à palavra. Afirmar, portanto, que a interação se dá de forma socialmente estruturada implica negar a apreensão do mundo como intersubjetividade (...) Bourdieu aceita, pois, a consideração de Marx, segundo a qual, ‘os homens fazem a sua própria história, mas não sabem que a realizam’, ou seja, que a sociedade nos é dada enquanto fenômeno social total ou como ‘totalidade sem totalizador’, como diria Sartre. (ORTIZ. 1983, p.13-14)

Para finalizar, este modo de produção da violência simbólica deve, conforme Pierre Bourdieu, ter uma definição completa, em que se deve incluir todas as instâncias capazes de assegurar não apenas a produção de receptores dispostos e aptos a receber a cultura feita, mas também a produção de agentes capazes de reproduzi-la e renová-la. Aqui, entraríamos na questão da reprodução dos agentes sociais, que Bourdieu e Passeron tratam no livro *A Reprodução*. Temos o mesmo em Althusser, que afirma que:

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista (...) Os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente aceita, que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia (uma vez que é leiga), aonde os professores, respeitosos da ‘consciência’ e da ‘liberdade’ das crianças que lhe são confiadas (com total confiança) pelos ‘pais’ (que por suas vez são também livres, isto é, proprietários de seus filhos), conduzem-nas à liberdade, à moralidade, à responsabilidade adulta pelo seu exemplo, conhecimentos, literatura e virtudes ‘libertárias’ (1985, p.80).

Assim, finalizamos que tanto o jornalismo, através de seu discurso, como a escola (apesar de não ser o tema da dissertação, e de não nos aprofundarmos na questão), possuem um papel político ideológico, que opera uma violência simbólica na sociedade capitalista ocidental, a fim de garantir a reprodução das classes, e seus interesses e privilégios. O modo que se faz isso é através de uma educação mercantil para o homem.

5. Considerações Finais

Chegamos ao fim desta monografia com a certeza de que estudos posteriores a este podem ser feitos. Esta monografia procurou fazer uma pesquisa bibliográfica de grandes nomes do pensamento ocidental para sustentar e consolidar a hipótese de que há uma dominância ideológica presente na sociedade burguesa.

Assim, procuramos articular muitas das idéias destes autores para formar uma espinha dorsal neste trabalho. Partir de clássicos da sociologia, como Émile Durkheim e Karl Marx aos pensamentos modernos de Michel Foucault, Pierre Bourdieu, articulando-os com os historiadores da morte e aos estudiosos da comunicação.

Mostramos a burguesia como classe dominante na direção da produção econômica de uma sociedade, que não parece mais precisar de elementos ou instrumentos de legitimação de sua sociedade.

Através do estudo de Antonio Gramsci em *Cadernos do cárcere - Volume 4*, podemos mostrar que o “americanismo”³⁹, a que se refere o autor, trata-se da forma mais elevada da cultura burguesa.

A sociedade capitalista ocidental, esta sociedade burguesa hoje tão “americanizada”, fez com que sua cultura se emancipasse, de tal modo que gera uma auto-suficiência desse tipo de sociedade. Não é mais necessário buscar elementos de legitimação. Esta cultura burguesa, como o “americanismo”, faz de sua ideologia em que propõe um mundo em que a cultura vem do produtivo; a cultura é o produtivo. Ela integrou a cultura na tarefa prática do sistema produtivo. As tarefas práticas de direção produtiva (a economia), para Gramsci, são em si mesmas uma cultura para o “americanismo”.

Todo processo produtivo exige uma combinação de coerção e persuasão. Todo sistema de dominação está obrigado a persuadir ao mesmo tempo em que coage. Toda hegemonia tem que ser total, estar sempre preparada para agir em todos os campos possíveis. Com efeito, não basta que uma classe dominante vença (coagir), tem que convencer (persuadir).

³⁹ Entendido como cultura americana.

Com o estudo que fizemos sobre a representação da morte na sociedade ocidental capitalista vimos que foi colocado um tabu em torno do fim da vida. Falar de morte é macabro, assustador. Ao perguntarem para o autor desta monografia o tema, muitos se assustavam. Notamos, claramente, que há, sim, um tabu da morte na sociedade em que vivemos.

Ainda, temos que a questão da morte na sociedade contemporânea é ocultada, neste tabu que estudamos; e também que a mídia trata de espetacularizá-la, tornando-a pública, através das notícias de assassinatos, atentados terroristas, acidentes, e ainda também com morte natural de pessoas públicas.

Mesmo o discurso jornalístico banalizando o fenômeno de fim da vida, o tabu da morte ainda persiste em nossa sociedade. A explicação que encontramos neste sentido se dá pela questão do poder ideológico das classes dominantes, que propicia uma representação da morte diferente para as diferentes classes sociais que convivem na sociedade capitalista ocidental.

No momento que se explica o tema de uma maneira mais completa, as pessoas tenderam a achar interessante este trabalho. Muitas pediram para ler este trabalho quando fosse finalizado. À eles, a iniciativa de explicar o poder ideológico que há na sociedade capitalista através da representação da morte no discurso jornalístico é bastante interessante. Procuramos, sempre, extrapolar os limites do conhecimento deste autor, numa tentativa de colher mais e mais informações. Só para que este trabalho se tornasse uma fonte para outras idéias.

Assim, sabemos que um maior estudo sobre algumas questões poderiam ter sido feitas. Um exemplo seria sobre o estudo do poder. Na obra de Pedrinho A. Guareschi encontramos uma referência a um conceito de Karl Marx, sobre o fetichismo do objeto do consumo. Um estudo com uma abrangência maior, isto é, lendo diretamente Karl Marx, poderia nos dar mais margens para explicações.

O mesmo se aplica quanto ao estudo de poder de Michel Foucault. Utilizamos, por base, o estudo e as anotações de uma aula que o autor assistiu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Um estudo mais aprofundado na obra de Foucault poderia lançar novos olhares para uma questão importante nesta monografia. Ainda assim, lemos o livro *Microfísica do Poder* deste autor.

Portanto, esperamos que este trabalho possa vir a ser aprofundado. Fazer um estudo de caso seria um dos primeiros passos, mas também incrementar ele teoricamente, com outras questões, seria de bom agrado. Um estudo sobre a questão da banalização e da espetacularização da morte no jornalismo é algo que, em muitos momentos, parecia pedir para ser feito.

Esperamos ter elucidado uma questão, já tanto explorada, de uma maneira diferente. Ou seja: explicar por meio de um ensaio o sistema de dominação existente na sociedade ocidental capitalista através da representação da morte no discurso jornalístico.

6. Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª Edição.

ARIÈS, Phillipe. *O Homem Diante da Morte – I*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989, 2ª Edição.

_____. *O Homem Perante a Morte – II*. Tradução de Ana Rabaça. Portugal: Ed. Publicações Europa-América, 1977.

_____. *História da Morte no Ocidente*. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da Vida Inteira – Poesias Reunidas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

BARBOSA, Gabriel Collares. *Jornalismo, Espetáculo e Desvio. Violência e Criminalidade na Imprensa através de estudos de caso*. Orientadora: Profª Drª Ester Kosovski. Rio de Janeiro: fevereiro de 2004, Tese de Doutorado. Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

BERGER, Christa. “Em Torno do Discurso Jornalístico”. In: *O Indivíduo e as Mídias – Ensaios sobre Comunicação, Política, Arte e Sociedade no Mundo Contemporâneo*. Organizadores: Antônio Fausto Neto e Milton José Pinto. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política – Volume 1*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Caçais e Renzo Dini; Coordenação da tradução por João Ferreira. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000, 5ª edição.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 2ª Edição.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

DAMATTA, Roberto. *A Casa & A Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 5ª Edição.

DONNARS, Doutor Jacques. “Que vem a ser um homem vivo?”. In: *A sobrevivência depois da morte*. Organizador: Paul Chauchard. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1968.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1987, 13ª Edição.

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em Derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Tradução de António Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

_____. *História da Sexualidade. Volume I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, 14ª Edição.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996, 13ª Edição.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Tradução de Fanny Wrobl. Revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 5ª edição.

GONÇALVES, Elias Machado. *A Dialética do Discurso Jornalístico*. Orientador: Prof. Dr. Nilson Lemos Lage. Rio de Janeiro, setembro de 1992: Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Volume 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação & Poder – A presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1981.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004

MARANHÃO, José Luiz de Souza. *O que é a morte?*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 2ª Edição.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 2ª Edição.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Tradução de António Filipe Marques. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1950.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

NICOLA, José de. *Literatura Brasileira – Das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1990.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

PELEGRINI, Milton. *Folha de São Paulo: A Morte Informada*. Orientador: Prof. Dr. Norval Baitello Junior. Santos, verão de 1992: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RODRIGUES, José Carlos. *O Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1975.

_____. *Tabu da Morte*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1983.

RONCARATI, Enéias. *Representações do fim da vida na cultura contemporânea: Um estudo da morte no discurso da mídia impressa nacional*. Orientador: Prof. Dr. José Amaral Argolo. Rio de Janeiro, agosto de 2002: Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Do Contrato Social; Ensaio Sobre a Origem das Línguas*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1987, 4ª Edição.

SILVA, Eliane Moura. *Vida e Morte: O Homem no Labirinto da Eternidade*. Orientadora: Profª Drª Maria Stella Martins Bresciani. Campinas, agosto de 1993: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

THOMAS, Louis Vincent. *Antropologia de la muerte*. Traducción de Marcos Lara. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, 2ª edição.

ZIEGLER, Jean. *Os Vivos e a Morte. Uma “sociologia da morte” no Ocidente e na diáspora africana no Brasil, e seus mecanismos culturais*. Tradução de Aurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.